CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA – UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Aline Silva dos Santos

A LITERATURA INFANTIL SOB A PERSPECTIVA DA LEI 11.645/08: CAPACITAÇÃO DOCENTE MEDIADA POR METODOLOGIAS DE APRENDIZAGEM ATIVAS

Rio de Janeiro – RJ
2024

Aline Silva dos Santos

A literatura infantil sob a perspectiva da lei 11.645/08: capacitação docente mediada por metodologias de aprendizagem ativas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Lidice de Moraes Valim

Rio de Janeiro – RJ
2024

ALINE SILVA DOS SANTOS

A LITERATURA INFANTIL SOB A PERSPECTIVA DA LEI 11.645/08: CAPACITAÇÃO DOCENTE MEDIADA POR METODOLOGIAS DE APRENDIZAGEM ATIVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

A Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da banca participaram desta defesa de dissertação.

Examinado por:

gov.br Documento assinado digitalmente
ROSA LIDICE DE MORAES VALIM
Data: 16/09/2024 11:19:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Profa. Rosa Lidice de Moraes Valim, D. Sc. (UniCarioca)
Presidente da Comissão Examinadora

Profa. Mariza Sueli de Oliveira Sodré, D. Sc. (UniCarioca)

Profa. Albertina Maria Batista de Sousa da Silva, D. Sc. (IFRJ)

Rio de Janeiro

2024

S2311 Santos, Aline Silva Dos
A literatura infantil sob a perspectiva da lei n° 11.645/08: capacitação docente mediada por metodologias de aprendizagem ativas. / Aline Silva dos Santos ; orientadora: Rosa Lidice de Moraes Valim , - Rio de Janeiro, 2024.
80 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2024.

1. Educação antirracista; 2. Literatura infantil antirracista. 3. Formação docente. 4. Metodologias de aprendizagem ativa. 5. Jogos digitais . I. Silva, Marcos Antonio, prof. orient. II. Título.
CDD 370.96081

À minha família, pelo apoio e carinho, principalmente para minhas filhas, Isabela e Manuela, que compreenderam a minha ausência e me incentivaram a continuar os estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão do mestrado. À minha família, pelo incentivo, aos amigos que fiz no mestrado, pelo apoio e troca de ideias, à Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, por abrir as portas para efetivação da capacitação, e, por fim, aos professores do mestrado, minha gratidão.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela (1918-2013)

RESUMO

O presente estudo propõe refletir sobre a literatura infantil antirracista mediada por metodologias de aprendizagem ativas, com jogos digitais. A obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental foi ratificada pela Lei nº 11.645/08, todavia, devido às dificuldades de implantação das orientações dessa lei no cotidiano escolar, nota-se que ainda existe um longo caminho a seguir. Faz-se mister questionar o caráter monocultural e etnocêntrico que, explícita ou implicitamente, está presente na escola e nas políticas educativas. Esta pesquisa indaga a respeito do seguinte: como o diálogo constante, no cotidiano escolar, sobre respeito, diversidade cultural e tolerância, de forma lúdica, unindo a literatura infantil antirracista e as metodologias de aprendizagem ativas, com jogos digitais, pode contribuir para a formação de identidades e o combate ao racismo estrutural? Acredita-se que a educação é o melhor caminho para a aceitação da diversidade cultural de nossa sociedade, como também para a formação das identidades pautadas pelo respeito ao outro e a sua cultura. Oficinas de formação, propostas a partir de um curso, pautadas pela temática aqui discutida, podem viabilizar preparo aos docentes, a fim de que se formem mediadores do diálogo constante sobre história e cultura afro-brasileira, sob a perspectiva da Lei nº 11.645/08, no cotidiano escolar e nas práticas pedagógicas, de forma prazerosa e lúdica, unindo a literatura antirracista e a tecnologia com jogos digitais. Esta pesquisa objetiva refletir a respeito de como combinar literatura infantil antirracista e tecnologias digitais na formação de docentes do Ensino Fundamental, a fim de propor aulas dinâmicas que contribuam para a formação de identidades e o combate ao racismo estrutural. Para alcançar tal objetivo geral, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre os assuntos: (1) educação multicultural, literatura infantil antirracista e diversidade cultural, (2) história e cultura afro-brasileira na formação docente, (3) metodologias de aprendizagem ativas e (4) jogos digitais na educação. Posteriormente, realizou-se preliminar de pesquisa, amparada na Resolução nº 510, de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, com vistas à compreensão de contornos inerentes ao tema da dissertação e, mais especificamente, à seleção dos tópicos que serão abordados no treinamento que se pretende modelar, realizar e relatar durante o campo. No campo, prezando pelos preceitos éticos das Resoluções nº 466, de 2012, e nº 510, de 2016, fez-se um relato de experiência (Mussi *et al.*, 2021), para narrar os sucessos e desafios atrelados à realização de uma oficina de formação docente que combine literatura infantil antirracista e metodologias de aprendizagem ativas com jogos digitais. Por fim, analisaram-se os dados do relato – para tanto, utilizou-se como inspiração a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016). Dados do campo sugerem que: (1) o incentivo à capacitação docente para promoção da educação antirracista deve ser realizado e precisa dar-se de forma contínua e formativa pelos órgãos públicos; (2) a literatura infantil antirracista pode vir a desempenhar um papel fundamental na construção da identidade étnico-racial do educando; (3) a implementação de tecnologias digitais (TDs) nas salas de aula ainda é novidade e vem sendo muito discutida, mas as ferramentas tecnológicas, como os jogos educativos digitais, são muito aceitas pelos alunos; e (4) a prática cotidiana da educação antirracista parece um sonho distante de se tornar realidade, mas a motivação e o interesse dos docentes para promover a educação antirracista vêm crescendo. Para além, ao final, com os dados do campo, propôs-se um *e-book* com reflexões sobre a importância de práticas pedagógicas prazerosas e lúdicas que contribuam para o combate ao racismo estrutural a partir de tecnologias digitais.

Palavras-chave: Educação antirracista; literatura infantil antirracista; formação docente; metodologias de aprendizagem ativa; jogos digitais.

ABSTRACT

The present study proposes to reflect on anti-racist children's literature mediated by active learning methodologies, with digital games. The obligation to study afro-brazilian history and culture in elementary education establishments was ratified by law no. 11.645/08, however, due to the difficulties in implementing the guidelines of this law in everyday school life, it is noted that there is still a long way to go. It is necessary to question the monocultural and ethnocentric character, which is explicitly or implicitly present in schools and educational policies. This research inquires into the following: how constant dialogue, in everyday school life, about respect, cultural diversity and tolerance in a playful way, combining anti-racist children's literature and active learning methodologies, with digital games, can contribute to the formation of identities and combat structural racism? it is believed that education is the best way to accept the cultural diversity of our society, as well as to form identities based on respect for others and their culture. Training workshops, proposed as part of a course, guided by the theme proposed here, can enable preparation for teachers, so that they can become mediators of constant dialogue about afro-brazilian history and culture, from the perspective of law 11.645/08, in everyday school life and in pedagogical practices in a pleasurable and playful way, combining anti-racist literature and technology with digital games. This research aims to reflect on how to combine anti-racist children's literature and digital technologies, in the training of elementary school teachers, in order to propose dynamic classes that contribute to the formation of identities and combat structural racism. To achieve this proposed general objective and carry out this research, bibliographical research was carried out on the subjects: (1) multicultural education, anti-racist children's literature and cultural diversity, (2) afro-brazilian history and culture in teacher training, (3) active learning methodologies and (4) digital games in education. Subsequently, preliminary research was carried out, supported by the resolution nº 510, of 2016, of the national health council, with ways to understand the contours inherent to the theme of the dissertation and, more specifically, selection of topics that will be covered in the training that is intended to be modeled, perform and report during the field. In the field, valuing the ethical precepts of resolutions 466, of 2012, and 510, of 2016, an experience report was made (Mussi *et al.*, 2021) to narrate successes and challenges linked to holding a workshop on teacher training that preaches a combination of anti-racist children's literature and active learning methodologies, with digital games. finally, the data from the report was analyzed – using Bardin's (2016) content analysis – in the light of relevant bibliographic material. The following results could be evidenced by the research: (1) The encouragement of teacher training to promote anti-racist education must be encouraged by public bodies, (2) We believe in the role that anti-racist children's literature can play in the construction of ethnic identity -racial of the student, (3) The implementation of digital innovation and communication technologies (DIT), is still being discussed, but technological tools, such as digital educational games, can add value to the teaching-learning process and (4) The Everyday practice of anti-racist education is not reality, but the interest of teachers in promoting it is growing, which leads us to believe in an imminent change. Furthermore, at the end, with data from the field, an e-book was proposed with reflections on the importance of pedagogical, pleasurable and playful practices, which contribute to combating structural racism using digital technologies.

Keywords: Anti-racist education; anti-racist children's literature; teacher training; active learning methodologies; digital games.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas do desenvolvimento do trabalho 28
Figura 2 – Tópicos estruturantes da capacitação de professores no campo 38
Figura 3 – Divulgação da capacitação de professores 41
Figura 4 – Primeiro dia da capacitação 42
Figura 5 – Literatura infantil sugerida na capacitação 44
Figura 6 – Jogos digitais sugeridos pela palestrante/pesquisadora 45
Figura 7 – Segundo dia da capacitação 47
Figura 8 – Elaboração dos jogos digitais pelos professores participantes 48
Figura 9 – Avaliação da capacitação 48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sensação de preparo dos professores da rede pública de ensino para falar sobre racismo com seus alunos 19
Quadro 2 – Estratégia macro para o desenvolvimento da oficina 32
Quadro 3 – O questionário com 7 (sete) perguntas que nortearam as conversas da preliminar de pesquisa 35
Quadro 4 – Anotação das conversas que foram realizadas por ocasião da preliminar de pesquisa 36
Quadro 5 – Resultados e achados da pesquisa 50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
1.1 Inquietação 14
1.2 Caracterização do problema 15
1.3 Crença norteadora 16
1.4 Tecnologias digitais para uma educação antirracista 16
1.5 A relevância desta pesquisa 16
1.6 Objetivo geral e objetivos específicos 17
2 FORMAÇÃO DOCENTE PARA O COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL: DISCUTINDO PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS 19
2.1 O uso das metodologias de aprendizagem ativas para uma educação antirracista 21
2.2 Literatura infantil mediada por jogos educativos digitais: novidades 22
3 REFLEXÕES A RESPEITO DA LITERATURA INFANTIL ANTIRRACISTA 24
3.1 Literatura infantil antirracista no combate ao racismo estrutural 25
3.2 O papel da literatura infantil antirracista na formação de identidades 26
3.3 Práticas educativas antirracistas aliadas à literatura 26
4 PERCURSO METODOLÓGICO 28
4.1 Fundamentos da pesquisa bibliográfica 29
4.2 Alicerces da preliminar de pesquisa 31
4.3 Alicerces do campo 31
4.4 Análise dos dados 32
4.5 Riscos e benefícios 33
4.6 Contornos inerentes ao produto da dissertação 34
5 PRELIMINAR DE PESQUISA 35
5.1 Preliminar de pesquisa – registro dos dados coletados 36
5.2 Discussões e achados 37
6 CAMPO 40
6.1 O primeiro dia 42
6.2 O segundo dia 45
6.3 Considerações sobre os dois dias 48
7 ANÁLISE DE DADOS 50
7.1 Categoria A: Capacitação docente para a prática de educação antirracista, entraves e avanços da prática em relação à legislação vigente 51
7.2 Categoria B: A utilização dos livros de literatura infantil antirracista como recurso pedagógico é positiva para a formação da identidade étnico-racial do educando 53
7.3 Categoria C: Os jogos educativos digitais, articulados com o conteúdo das aulas, podem potencializar o processo de aprendizagem do educando 54

7.4 Categoria D: A prática constante da educação antirracista no ambiente escolar pode contribuir para o combate ao racismo estrutural 56
8 CONCLUSÕES 57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 59
APÊNDICES 63
Apêndice I – TCLE 63
Apêndice II – Produto consolidado 68
ANEXOS 70
Anexo I - Termo de Anuência Institucional 70
Anexo II – Aprovação da Plataforma Brasil para a realização do campo 71
Anexo III – Projeto de capacitação docente proposto à Casa do Professor 78

1 INTRODUÇÃO

O Brasil teve a sua história marcada pela escravização dos negros e a construção de uma cultura pautada pela inferiorização do outro baseada na raça e na cor da pele, e, infelizmente, ainda hoje, a negação do outro e os conflitos raciais influenciam, diretamente ou indiretamente, a educação.

Porém, discussões sobre os direitos humanos e o reconhecimento das desigualdades sociais estão constantemente sendo colocadas em pauta, a nível nacional e internacional. Segundo Pereira e Silva (2021, p. 10), "o Brasil por ser signatário do Plano de Ação de Durban, reconheceu internacionalmente a existência do racismo em nosso país e se comprometeu a construir medidas para sua superação".

A conferência de Durban, promovida pela ONU, em 1997, estabeleceu a discussão, entre os continentes, sobre como erradicar o racismo no mundo. Então, diante desse cenário, os movimentos antirracistas no Brasil ganharam visibilidade com as mudanças no campo da educação e a possibilidade de uma verdadeira reestruturação curricular, a partir da implementação da Lei nº 10.639 (Brasil, 2003), que, posteriormente, foi alterada pela Lei nº 11.645 (Brasil, 2008).

Sabe-se da importância das políticas públicas e legislações para o reconhecimento e ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no âmbito escolar, bem como da valorização do diálogo sobre a igualdade nas relações étnico-raciais no Ensino Fundamental, no qual se delimita esse estudo. Com isso, esta dissertação aborda a temática da literatura infantil sob a perspectiva da Lei nº 11.645 (Brasil, 2008), mediada por metodologias de aprendizagem ativas com jogos digitais, viabilizando combinar a literatura antirracista e as tecnologias dos jogos educativos digitais, para fins de dialogar sobre a diversidade cultural em aulas dinâmicas no cotidiano escolar.

Pensa-se que a utilização dos jogos educativos digitais na escola deve ser um recurso pedagógico de aprendizagem cada vez mais frequente para dinamizar as aulas e, sob o aspecto construtivista, favorecer a interação dos alunos e estimular a produção de conhecimento. Entende-se que o brincar favorece o desenvolvimento integral do educando em qualquer ambiente que ele conviva, seja familiar ou escolar, e unir a temática antirracista, pela literatura, ao lúdico dos jogos pode ser um recurso pedagógico prazeroso que, sob uma leitura de fácil cognição, é capaz de trazer ao ambiente escolar reflexões e diálogos enriquecedores, criando oportunidades de conhecimento, socialização e construção de identidades, tão essenciais para os objetivos deste estudo.

Acredita-se que práticas educacionais que favoreçam a democratização e afirmação dos direitos sociais, econômicos e culturais são fundamentais para uma sociedade igualitária. Segundo Candau (2008, p. 109), “temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

1.1 Inquietação

A sociedade brasileira é marcada por uma grande miscigenação étnica, reflexo histórico que demonstra a diversidade cultural presente nela, e somos fruto dessa mistura étnica. A formação como professora, a graduação em História, o despertar crítico e o pensamento sempre voltado para o futuro, com a esperança de contribuir de forma prática para uma sociedade mais justa e igualitária, em que a educação e a tecnologia possam proporcionar experiências ilimitadas, me motivam para a escolha da temática aqui tratada como um caminho possível para a inclusão social e digital.

A vontade de estudar a educação antirracista surgiu no decorrer dos estudos junto ao mestrado profissional em Novas Tecnologias na Educação, ao entender a importância da Lei nº 11.645 (Brasil, 2008) para respaldar o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas do Brasil, o que reacendeu em mim o desejo de busca por igualdade social, acreditando, nessa perspectiva, na educação para contribuir para uma mudança de paradigma social.

No Brasil, o estudo da história e cultura afro-brasileira é previsto desde a implementação da Lei nº 9394, ou LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996). Porém, foi apenas com a Lei nº 10.639 (Brasil, 2003), posteriormente alterada pela Lei nº 11.645 (Brasil, 2008), que o ensino da história afro-brasileira e indígena nas escolas de Ensino Fundamental e Médio tornou-se obrigatório. No entanto, a praticidade dessas leis no cotidiano escolar pode ser questionada, estimulando-me a pensar sobre como práticas pedagógicas mais prazerosas e estimulantes podem contribuir, a longo prazo, para mudanças de paradigmas, pensamentos e convicções, a fim de diminuir o preconceito racial inerente na sociedade.

Utilizar meu ambiente de trabalho, no qual atuo há mais de 20 (vinte) anos como professora, sendo 10 (dez) diretamente junto à Secretaria de Educação, foi o recurso escolhido para propor uma formação docente com práticas educativas que combinem a literatura antirracista e as tecnologias com jogos digitais, para aulas mais dinâmicas e prazerosas. A capacitação docente seria conduzida na própria secretaria de educação, em um espaço próprio, onde acontecem as formações docentes para a rede de ensino, chamado de Casa do Professor.

A proposta era promover uma capacitação docente aberta para professores do Ensino Fundamental I de toda a rede de ensino do município de Nova Iguaçu, com turmas de no máximo 10 (dez) estudantes. Como regra para a formação junto à Casa do Professor, o curso pretendia proporcionar um diálogo com os docentes sobre as temáticas ‘racismo’, ‘diversidade cultural’, ‘formação de identidade’ e ‘inclusão social e digital’.

A rede de ensino de Nova Iguaçu conta com mais de 150 (cento e cinquenta) escolas de Ensino Fundamental I, II e Educação Infantil, incluindo algumas em áreas rurais. O município tem grande relevância econômica para o estado do Rio de Janeiro, sendo o quarto mais populoso, com mais de 60% por cento de sua população considerada negra ou parda, segundo as últimas pesquisas do IBGE. As diferenças sociais e econômicas que envolvem cor da pele, raça e sexo, como no Brasil, estão presentes também em Nova Iguaçu, e no cotidiano escolar os educandos, por sua vez, convivem diariamente com essa realidade.

1.2 Caracterização do problema

Os avanços digitais são fatores de grande relevância e estão presentes no dia a dia dos educandos, que têm nas tecnologias a agilidade no acesso às informações e ao lazer, e levar os recursos digitais também para o cotidiano escolar se faz necessário, independentemente da infraestrutura tecnológica que o município ofereça.

A longo prazo, almeja-se construir uma sociedade mais justa e igualitária, através de práticas pedagógicas que combinem a literatura antirracista e os jogos digitais. A escola é o ambiente mais propício para que conhecimentos tradicionais e novos possam se articular de forma equilibrada, proporcionando mais diálogo, respeito e acesso à informação, com o objetivo de promover mais igualdade social e cultural (Gomes, 2018).

As políticas públicas e leis, como a Lei nº 11.645/08, são essenciais para garantir uma educação que inclua, respeite e valorize as diferenças culturais, reconhecendo o outro como sujeito de direito e ator social. Segundo Pozzer *et al.* (2022, p. 618), para a realização da “ideia de nação brasileira, faz-se necessário compreender o lugar de fala, bem como a ótica que dá o foco para a instituição de uma interpretação sobre o que identificaria a sociedade brasileira”.

Dentro desse contexto, questiona-se (problema): como o diálogo constante, no cotidiano escolar, sobre respeito, diversidade cultural e tolerância, de forma lúdica, unindo a literatura infantil antirracista e as metodologias de aprendizagem ativas com jogos digitais, pode contribuir para a formação de identidades e o combate ao racismo estrutural?

1.3 Crença norteadora

Acredita-se que a educação é o melhor caminho para a aceitação da diversidade cultural de nossa sociedade, como também para a formação de identidades pautadas pelo respeito ao outro e a sua cultura. Oficinas de formação, propostas a partir de um curso e baseadas na temática aqui discutida, podem viabilizar preparo aos docentes, a fim de que se formem mediadores do diálogo constante sobre história e cultura afro-brasileira e indígena, sob a perspectiva da Lei nº 11.645/08, no cotidiano escolar e nas práticas pedagógicas, de forma prazerosa e lúdica, unindo a literatura antirracista e a tecnologia com jogos educativos digitais.

1.4 Tecnologias digitais para uma educação antirracista

A promoção da educação antirracista pode ser incentivada por um conjunto de recursos pedagógicos lúdicos que contribuam para o ensino-aprendizagem reflexivo e crítico do educando. Nesta pesquisa, sugerimos que a união entre a literatura infantil antirracista e os jogos educativos digitais, criados a partir do site *LearningApps*, pode gerar ferramentas atrativas e inovadoras para a implementação do conteúdo educacional, como prevê a Lei nº 11.645/08.

O estímulo à educação digital está sendo muito discutido nos ambientes escolares, principalmente após a Lei nº 14.533, de 2023. Os jogos educativos digitais, segundo Portz e Eichler (2013 *apud* Simomukay; Oliveira, 2021, n. p.), "apresentam como característica a ludicidade e repetibilidade na sua execução e, também, apresentam efeitos positivos nos alunos, como o envolvimento, a motivação e o enriquecimento da aula". Portanto, considera-se que a utilização das ferramentas tecnológicas e pedagógicas dos jogos digitais, de forma direcionada e planejada para a educação antirracista nas salas de aula, pode motivar e envolver os educandos em uma aprendizagem mais interativa e prazerosa.

1.5 A relevância desta pesquisa

Trazer a literatura infantil e as tecnologias dos jogos educativos digitas à luz da temática desta dissertação leva-nos a pensar como são relevantes as práticas pedagógicas dinâmicas e prazerosas para fomentar diálogos importantes para o bem-estar social.

Segundo Lima (2012), a literatura em si corresponde a uma 'necessidade universal' e com ela podemos dar sentido aos sentimentos, organizar nossa visão de mundo, nos libertar e nos humanizar. O autor considera o texto literário como um 'bem cultural' que nos ajuda a compreender quem somos, nossos valores, o que defendemos e o mundo que desejamos. Assim,

acredita-se, conforme ainda o mesmo autor, que "o direito de ser representado e de construir por meio de uma representação sua identidade cultural é também um direito humano que se efetiva por meio da literatura" (Lima, 2012, p. 101).

Com a tecnologia dos jogos educativos digitais, levanta-se a importância da inclusão digital no cotidiano escolar, independentemente da infraestrutura que o ambiente proporcione. Sabe-se que isso é algo desafiador, principalmente para os docentes, diante do baixo investimento público em tecnologias e da falta de formação continuada. Porém, tentar mostrar que as atividades com jogos digitais podem proporcionar aulas prazerosas, apesar das limitações que os docentes possam ter, seja por formação ou infraestrutura, parece ser de extrema importância para a inclusão digital do educando. Segundo Prioste e Raiça (2017, p. 861), "a inclusão digital impõe, peremptoriamente, novos desafios à educação escolar, ao mesmo tempo em que tem potencial para ampliar as perspectivas de ensino e de aprendizagem". As autoras ainda endossam, com as pesquisas do ano de 2013 junto ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, a perspectiva de que a falta de infraestrutura, computadores e internet nas escolas públicas é limitadora para a inclusão digital na educação.

Há de se compreender a educação como um meio para combater o racismo e a intolerância presentes tanto no meio escolar quanto na sociedade, como também para contribuir para a formação de identidades pautadas pelo respeito ao outro e a sua cultura. Segundo Pozzer *et al.* (2022, p. 615), "as classes dominantes, ao demonstrarem-se incapazes de reconhecer o seu papel no diálogo intercultural e no processo decolonial, forçam o Brasil a andar em círculos, quando não para trás, tal como o período histórico vivido nos últimos anos".

Dessa forma, faz-se mister demonstrar que, na essência das leis, a capacitação de docentes motiva diálogos constantes sobre a diversidade cultural no cotidiano escolar e contribui para a formação de identidades e a diminuição do racismo estrutural na sociedade. Segundo Gomes (2018, p. 7-8), "o que assistimos, hoje, é ao reconhecimento dentro da oficina e alguns segmentos do campo educacional, da grande lacuna que a não inclusão da diversidade cultural na formação dos professores/as no currículo tem acarretado na educação brasileira, principalmente na escola pública".

1.6 Objetivo geral e objetivos específicos

Esta dissertação objetiva refletir a respeito de como combinar literatura infantil antirracista e tecnologias digitais na formação de docentes do Ensino Fundamental, a fim de

propor aulas dinâmicas que contribuam para a formação de identidades e o combate ao racismo estrutural.

Para alcançar tal objetivo geral, foi necessário: (1) realizar pesquisa bibliográfica a respeito dos termos ‘literatura infantil antirracista’, ‘diversidade cultural’, ‘formação de identidades’, ‘formação docente’, ‘metodologias de aprendizagem ativas’ e ‘jogos digitais’; (2) realizar preliminar de pesquisa com base na Resolução nº 510, de 2016, a fim de compreender a importância da inclusão, da diversidade cultural e do acesso a tecnologias digitais, através de oficinas de formação docente no município de Nova Iguaçu, para aulas mais dinâmicas e prazerosas; (3) realizar o relato de experiência sobre o curso de formação docente praticado; e (4) fazer a análise dos dados do campo com base em material bibliográfico relevante, para refletir sobre a importância da capacitação docente para promover a inclusão, da diversidade cultural e do acesso a tecnologias digitais no cotidiano escolar.

A educação multicultural é um desafio possível, por meio da promoção do diálogo entre diferentes grupos, do empoderamento dos menos favorecidos, do fomento ao reconhecimento do outro e da formação de uma cidadania interativa e solidária, capaz de respeitar os direitos humanos e articular questões sobre a igualdade e a diferença. Para isso, a mediação que o professor realiza em sala de aula deve ser para conduzir os educandos a uma reflexão global e social, em todas as dimensões do processo educativo.

Segundo Freire (2013, p. 102), “a educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo, com que e em que se acham”. Para além, enfatiza-se que o ambiente escolar é responsável por uma das primeiras interações sociais, ainda que adultos e crianças transmitam seus próprios valores e culturas (Vigotsky, 1978 *apud* Lefrançois, 2016), então defende-se que tanto o professor como o ambiente escolar são propícios a formar o ser humano para estar preparado para pensar, questionar e refletir sobre o mundo e suas atitudes e construir sua própria identidade, pautado no respeito ao outro e no multiculturalismo.

Cabe à escola romper com a educação excludente que ainda persiste no meio educacional, dar voz e valorizar a identidade dos negros que a sociedade tenta silenciar, num esforço para construir algo diferente. Essa herança cultural não deve ser esquecida, tampouco apagada de nossa história. O negro ocupa, hoje, um lugar que deve ser reconhecido na sociedade de forma plural, e a educação multicultural é o caminho para a inclusão dos grupos ainda hoje marginalizados. Segundo Gomes (2018, p. 89), a escola pode “facilitar o ‘diálogo intercultural’ e a construção de novas relações, igualitárias”.

2 FORMAÇÃO DOCENTE PARA O COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL: DISCUTINDO PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS

A Lei nº 10.639/2003 completou vinte anos em 2023 e, apesar de ter alterado a Lei nº 9394/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases – LDB, trazendo a obrigatoriedade curricular nacional do ensino de história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental, ainda hoje encontra dificuldades para ser implementada, visto que, na prática, os professores brasileiros ainda não se sentem preparados para falar sobre racismo nas salas de aula.

Quadro 1 – Sensação de preparo dos professores da rede pública de ensino para falar sobre racismo com seus alunos

SENSAÇÃO DE PREPARO	%
NADA PREPARADO (A)	02%
MUITO BEM PREPARADO(A)	11%
BEM PREPARADO(A)	27%
POUCO PREPARADO(A)	17%
MODERADAMENTE PREPARADO(A)	43%

Fonte: Matsue, Garcia e Assis (2023).

A dificuldade que os professores têm em falar sobre racismo nas unidades de ensino é reflexo da própria sociedade, que convive com inúmeros conflitos de raça, gênero, classe, entre outros, sendo que o racismo está presente na vida cotidiana. Segundo Almeida (2019, p. 38-39), "o racismo é parte da ordem social", complementando que "se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas".

O Brasil é referência quando se trata de políticas públicas de combate ao racismo, desde a Constituição Federal de 1988, quando políticas públicas deixaram de ser benefícios e passaram a ser direitos, como afirma Negreiros (2017). Muitas leis seguiram a Constituição, criminalizando o racismo como injúria, e tornaram-se referências para a modificação do próprio código penal brasileiro. As legislações são uma das inúmeras práticas antirracistas efetivas que legitimam a construção de uma nova mentalidade que valorize as relações étnico-raciais. Outra importante contribuição legislativa foi a alteração da Lei nº 10.639/2003, incluindo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, pela Lei nº 11.645/2008, no campo educacional, constituindo um grande avanço para compreender a diversidade racial em nossa sociedade.

Apesar das legislações vigentes, a implementação de práticas educativas antirracistas no cotidiano escolar de forma contínua não é tarefa fácil, persistindo a simples ideia de comemorações em datas e feriados segundo o calendário nacional, ou mesmo, como afirma Negreiros (2017), sendo as relações étnico-raciais reduzidas às relações entre negros e brancos, quando a educação antirracista que deveria ser praticada se trata, realmente, da promoção do conhecimento da história afro-brasileira sob a perspectiva da população negra, percebendo suas contribuições para as relações étnico-raciais e o fomento da diversidade.

Na educação, as ações afirmativas de capacitação docente sobre práticas educativas antirracistas ainda são pouquíssimas, destacando-se entre elas: em 2005, o Programa Educação Africanidades Brasil; em 2006, o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra; e, em 2009, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relação Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Com esta última iniciativa, podemos perceber um real direcionamento para a importância da capacitação docente, mas a falta do estabelecimento de metas ou prazos para colocar em prática os 12 (doze) tópicos constantes no documento se reflete, atualmente, no despreparo dos profissionais e na dificuldade de selecionar material escolar em relação ao ensino da história afro-brasileira e indígena (Negreiros, 2017).

Oportunizar e criar espaços para dialogar sobre as questões raciais, de valorização da cultura e ancestralidade negras e suas contribuições para a cultura brasileira, são um meio de capacitar os docentes a ter mais segurança para falar sobre o racismo, porém se trata de algo simples que ainda encontra muita resistência social. Segundo Negreiros (2017, p. 21), “o ensino a respeito da presença, da contribuição da população negra e da formação da identidade negra na história do Brasil é elemento chave para o combate ao racismo e não a sua reprodução”.

Sendo assim, como afirma-se neste trabalho, a educação é o melhor caminho para o combate do racismo, e temos como grande desafio oportunizar espaços de diálogo e formação no município de Nova Iguaçu, com a capacitação de professores que possam ser multiplicadores da educação antirracista, de forma que exista o reconhecimento e o respeito da diversidade étnico-cultural, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade.

O papel do docente é essencial para a promoção de práticas educacionais antirracistas, tanto escolares como não escolares. E, para tanto, é preciso que os professores sejam mediadores de diálogos abertos sobre identidade, ética, religião, relações de gênero, raça ou qualquer assunto que possa contribuir para o combate ao racismo no ambiente escolar. Segundo Gomes (2019, p. 12), é necessário “repensar o papel social e cultural do professor e professora,

redefinir com maior seriedade sua formação, assim como as políticas das instituições onde sempre aconteceu".

2.1 O uso das metodologias de aprendizagem ativas para uma educação antirracista

Há um longo para promover uma educação antirracista na unidade escolar. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que vivemos numa sociedade racista, em que a cor da pele ou a raça ainda determinam privilégios e exclusões. A representatividade com que o professor, o aluno e a escola se colocam frente à realidade racista poderá determinar como conduzir as práticas pedagógicas antirracistas. Em segundo lugar, é necessário reconhecer que as práticas pedagógicas estão mudando junto com os avanços tecnológicos de nossa sociedade, e que temos que acompanhar as mudanças.

Muitos estudos, a partir das teorias construtivistas e interacionistas, já afirmaram que o aluno deve ser ativo no seu processo de ensino-aprendizagem, e as mudanças em relação à informatização e à agilidade da comunicação vêm promovendo metodologias para que o aluno se torne mais ativo em sua aprendizagem. Nessa perspectiva, acredita-se que as metodologias ativas podem promover um ambiente de liberdade de aprendizagem significativa, reflexiva, crítica e de empoderamento. Segundo Farias e Oliveira (2023, n. p.):

> A metodologia ativa pode ser definida como um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, por meio de qualquer estratégica educacional que envolva os alunos no processo, levando-os a atividades de debates, ao invés de apenas colocá-los na posição de ouvir passivamente as informações fornecidas pelo professor.

Vários são os tipos de metodologias ativas conhecidas no meio educacional, como gamificação, cultura *make*, aprendizado por problemas, sala de aula invertida, pesquisa de campo, entre outras. Este trabalho defende que as metodologias ativas podem contribuir para uma educação antirracista, pelo processo de problematização das questões relevantes pautadas pela literatura infantil antirracista, levando os discentes a refletirem criticamente sobre os conteúdos que, combinados com os recursos dos jogos educativos, tanto físicos como digitais, podem proporcionar mais ludicidade e prazer na aprendizagem.

As práticas educativas das metodologias de aprendizagem ativas viabilizam incentivar o educando a ser ativo na construção do seu próprio saber, conforme afirmam Farias e Oliveira (2023, n. p.), de maneira "construtivista, interdisciplinar, contextualizada, reflexiva (sempre envolvendo ética e valores), crítica, investigativa, motivadora, desafiadora e humanista".

Acredita-se que a utilização dos recursos educacionais da literatura infantil e dos jogos educativos digitais pode levar os alunos à reflexão sobre os problemas concretos que envolvem a escola e a sociedade em relação ao racismo, discriminação e falta de respeito quanto à raça, cor, costumes e religião, como também possibilitar a construção de um aprendizado significativo, crítico e prazeroso, que objetive a compreensão da diversidade étnico-racial, a construção de uma identidade pautada no respeito aos direitos humanos e a inclusão digital em todo seu próprio processo educacional.

2.2 Literatura infantil mediada por jogos educativos digitais: novidades

A literatura infantil é um recurso indispensável para promover um diálogo significativo e reflexivo sobre o racismo, e um docente capacitado para mediar reflexões antirracistas com linguagem apropriada pode fazer total diferença. Segundo Lima (2012, p. 38), "a literatura é uma vasta metáfora da qual se vale o ser humano para interrogar, recriar, revelar, interpretar, compreender e narrar a sua história, que é a história da humanidade".

Com as leis e incentivos educacionais para a promoção da educação antirracista, uma diversidade de livros literários infantis já está disponível e acessível, seja no formato físico ou digital. Cada vez mais vemos presentes nas histórias dessas obras as temáticas da representatividade negra, beleza negra, valorização da raça e da cor da pele, importância das ancestralidades, dos costumes e das raízes afro-brasileira e indígena.

Na busca por práticas educativas mais inovadoras que proporcionem aos educandos experiências mais prazerosas e interativas, este trabalho incentiva a combinação entre literatura infantil antirracista e jogos educativos digitais para promover a educação antirracista nos ambientes escolares e, a partir de uma capacitação de professores proposta em Nova Iguaçu, buscar sensibilizar os docentes a colocarem em prática a discussão em prol da diversidade étnico-racial em suas salas de aula, seus projetos, suas escolas e municípios.

Na capacitação pretende-se propor aos docentes a seleção de sua própria literatura física ou digital, a partir da qual poderão direcionar as reflexões e diálogos que desejarem desenvolver, e, para além do trabalho reflexivo, pretende-se conduzir a elaboração de um jogo educativo digital no site *LearningApps*, incentivando os docentes quanto à criação de seus próprios jogos educativos digitais vinculados à literatura infantil. Segundo Cunha (2012 *apud* Simomukay; Oliveira, 2021, n. p.), "o professor na sua práxis docente tem o desafio de estimular a aprendizagem dos alunos por meio de atividades que despertem o seu interesse pelos conteúdos ministrados".

Diante da proposta de capacitação para os professores, foram selecionadas algumas literaturas infantis antirracistas digitais para compartilhar e elaborados 4 (quatro) jogos educativos digitais pelo site *LearningApps*, a partir de 4 (quatro) livros de literatura infantil antirracista, também para compartilhar via *WhatsApp*. O compartilhamento via aplicativo de mensagens foi escolhido por ser atualmente o meio mais prático e capaz de promover um alcance quase que ilimitado do recurso pedagógico aos educandos das unidades de ensino de Nova Iguaçu, visto que nem todas as unidades têm boa estrutura tecnológica acessível aos professores, mas a maioria das famílias já possui pelo mesmo um celular conectado à internet, e o número de crianças com celulares vem aumentando gradativamente.

Entende-se que, conforme já foi dito, é importante incentivar os docentes quanto às práticas educativas antirracistas e digitais, independentemente da infraestrutura que a unidade escolar ofereça, utilizando-se do celular como uma ferramenta útil nas salas de aula para fins educacionais. Como afirmam Simomukay e Oliveira (2021, n. p.), "a inserção de jogos educativos digitais em práticas de sala de aula implica em um estudo inicial de planejamento técnico e educacional para que o objeto desenvolvido tenha um valor didático-pedagógico capaz de promover um processo de ensino-aprendizagem eficaz".

A partir disso, propõe-se demonstrar na capacitação a importância de unir a literatura infantil antirracista e os jogos educativos digitais, para aula mais dinâmicas, ao mesmo tempo incentivando a autonomia de cada docente quanto às escolhas da literatura e a elaboração dos próprios jogos educativos digitais, para que seja um multiplicador tanto da educação antirracista como da promoção da inclusão digital de cada discente.

3 REFLEXÕES A RESPEITO DA LITERATURA INFANTIL ANTIRRACISTA

Este capítulo encontra-se dividido em 3 (três) tópicos e propõe uma discussão a respeito de como a literatura infantil antirracista pode contribuir para combater o racismo estrutural inerente na sociedade, bem como formar identidades pautadas no respeito e valorização das relações étnico-raciais, além de refletir como a combinação da literatura com as práticas educativas dos jogos digitais pode promover o lúdico e a inclusão digital como forma de contribuir para uma aprendizagem mais consciente e prazerosa.

Inicialmente, o debate sobre a questão da literatura infantil antirracista no combate ao racismo estrutural leva-nos a refletir a respeito de como a linguagem acessível e de fácil interpretação da literatura pode contribuir para uma real mudança de pensamento social a longo prazo, partindo do pressuposto de que o racismo existe e está presente em todos os lugares, inclusive nas instituições de ensino, conforme afirma Almeida (2019, p. 30): "o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições".

Posteriormente, avança-se para o papel da literatura infantil antirracista na formação de identidades, discutindo que a literatura, como recurso educacional importante para a educação antirracista, pode contribuir para o educando construir sua própria identidade pautada no respeito ao outro e à diversidade cultural. De acordo com Negreiros (2017, p. 33), a educação contribui para a formação de identidade e:

> [...] visa-se à construção de uma identidade nacional que efetivamente repudie a prática do racismo, não negando a existência das raças e de um processo histórico de discriminação, mas por meio do reconhecimento do passado e da construção de um futuro equitativo e cidadão para o conjunto da população brasileira.

Por fim, levanta-se a discussão sobre as práticas educativas antirracistas aliadas à literatura infantil em conjunto com o lúdico dos jogos educativos digitais e como esses recursos unidos podem contribuir para um significativo aprendizado e o reconhecimento da cultura e história afro-brasileira e indígena, como preconiza a lei. Para além, aliados aos avanços tecnológicos, pretende-se refletir sobre como os jogos podem incluir digitalmente os educandos, levando inovação, dinamismo e prazer para as salas de aula.

3.1 Literatura infantil antirracista no combate ao racismo estrutural

A linguagem que se encontra nos livros de literatura nos permite compreender, refletir e construir uma realidade carregada de significados sobre a diversidade e as complexidades humanas. A literatura tem o propósito de ampliar nossos conceitos sobre a vida e a consciência de nossa própria humanidade, e conforme Lima (2012, p. 67), “é por meio da literatura que podemos sonhar o sonho de quem pensou o mundo diverso daquele que conhecemos”.

A literatura não valerá de nada sem um bom educador. Este, por sua vez, tem um papel fundamental no combate ao racismo através da literatura, pois é dele a função principal, de mediador, que vai desde a seleção do livro, às reflexões norteadoras e à condução do diálogo em sala de aula até a mobilização quanto às mudanças de atitudes dos próprios educandos. Porém, essa não é uma tarefa fácil, visto que demanda um esforço constante, muito além de capacitações ou formações, e exige que educadores e educandos sejam sujeitos nesse processo de aprendizagem. Como afirma Gomes (2018, p. 79), “os seres humanos passam a interpretar a realidade a partir de distintas experiências, inclusive as escolares. Desse modo, os docentes têm muita força, por sua presença diária na vida das pessoas, ao dizer sempre o que tem de ser feito e como deve ser feito”.

Embora vivamos numa realidade com desigualdades sociais e econômicas, e na qual o racismo se perpetua pela estrutura de poder e privilégios, as unidades escolares podem fazer um caminho inverso e proporcionar um ambiente igualitário e com acesso universal à literatura, utilizando-se dela como um recurso importante no combate ao racismo. De acordo com Almeida (2019, p. 41), “atitudes simples podem ajudar as novas gerações, como apresentar para as crianças livros com personagens negros que fogem de estereótipos ou garantir que a escola dos seus filhos aplique a Lei”.

Acreditar que com a literatura infantil antirracista pode-se combater o racismo estrutural é uma esperança, pois não há dados relevantes para confirmar, mas acredita-se que o docente, com capacitação adequada, possa promover uma educação antirracista reflexiva, utilizando-se dos livros de literatura infantil como recurso educacional atraente, pois com a linguagem de fácil compreensão poderá oportunizar diálogos, a problematização das temáticas antirracistas e, para além, construir atitudes diferenciadas nos educandos, buscando formar cidadãos com ética e respeito ao diverso.

3.2 O papel da literatura infantil antirracista na formação de identidades

A formação da identidade de cada indivíduo começa logo nos primeiros anos de vida, e as interferências sociais e familiares contribuem diretamente para essa formação, tendo a escola seu papel e sua contribuição nesse processo.

Após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, muitas diretrizes educacionais se sucederam, e ações afirmativas passaram a incentivar a produção literária antirracista. As temáticas da representação racial de forma positiva, a promoção da imagem negra, a história africana, sua ancestralidade e o reconhecimento da diversidade cultural e racial estão cada vez mais sendo retratadas nos livros infantis, mas afirmar que a literatura, por si só, contribui para a formação de identidades seria um erro, sem que haja um profissional capacitado que saiba conduzir o aprendizado. Segundo Melo e Oliveira (2020, n. p.):

> Não há um consenso entre os autores pesquisados e utilizados neste texto, que se buscou dialogar, sobre o que constitui a identidade e como ocorre a construção da mesma, mas um ponto de concordância se dá em relação a infância e sua importância na construção da personalidade do sujeito, sendo muitos os fatores que contribuem para a formação de uma criança, como por exemplo a contação de história na pré-escola ou a leitura dos livros literários.

Ler para o aluno de forma constante no cotidiano escolar é essencial para o seu desenvolvimento, tanto educacional como social, e em qualquer fase a literatura tem um papel importante, inclusive na Educação Infantil. Mesmo que a lei limite a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-brasileira e indígena às instituições de Ensino Fundamental e Médio, em todas as fases de ensino, seja Infantil, Fundamental, Médio ou mesmo Superior, a leitura antirracista irá contribuir para mudanças de pensamentos e atitudes do educando, e, por sua vez, essas vivências contribuirão para a formação da sua identidade.

3.3 Práticas educativas antirracistas aliadas à literatura

Educar para a igualdade, valorizar os direitos humanos, a raça e o gênero, objetivando levar os educandos a entenderem a diversidade na qual estão inseridos, e construir dentro da escola uma equidade racial são práticas educativas antirracistas que quando se tornam rotineiras podem promover mudanças de atitudes escolares ou mesmo sociais, quando se atinge o objetivo macro, em que os educandos se tornam agentes do combate ao racismo e da valorização das relações étnico-raciais.

Apesar das legislações vigentes e da própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) ter incorporado aspectos da Lei nº 10.639/2003, muitos dos materiais didáticos disponíveis nas unidades escolares ainda estão permeados pela história eurocêntrica, por isso a escolha do material adequado para uma educação antirracista ainda é limitada, no campo dos livros didáticos. Pereira e Silva (2021) afirmam que "o trabalho que será realizado a partir dessa BNCC, se ele protagoniza o conhecimento em relação ao protagonismo histórico da população negra ou se permanece enfocando a 'tutela' ou a escravidão, vai depender de cada professor".

O professor e seu protagonismo na seleção de práticas e materiais de apoio são essenciais para que a educação antirracista seja colocada em prática. Então, volta-se à questão que se discute neste trabalho, sobre como a capacitação desses profissionais é de grande importância, tornando-os preparados para fazer boas escolhas quanto aos recursos educacionais antirracistas e a condução das reflexões junto aos educandos.

A descolonização do material didático é um fato que necessita de atenção dos órgãos públicos, mas, na contramão do material didático, a literatura infantil antirracista está expandindo exemplares sobre a temática antirracista. E, nesse sentido, defende-se a utilização dela para promoção da educação antirracista, conforme Brito e Silva (2023): "o uso pedagógico da literatura infantil afro-brasileira na Educação Infantil é um movimento antirracista, inclusivo e uma forma de possibilitar à criança negra o direito a ancestralidade".

No Brasil se fomenta a produção literária afro-brasileira, ampliando as possibilidades de escolhas para promover a educação antirracista, porém neste trabalho propõe-se combinar a literatura infantil antirracista com jogos educativos digitais, vislumbrando a importância da inclusão digital, principalmente para a rede de ensino de Nova Iguaçu. A importância de a educação acompanhar os avanços tecnológicos e proporcionar formas lúdicas e dinâmicas de aprendizagem é um fato. Segundo Brito e Silva (2023), "diferentes recursos teóricos, metodológicos, políticos, pedagógicos e artísticos devem ser acionados e inventados para a promoção da educação antirracista, fim último da legislação educacional que colabora contra o Racismo Estrutural".

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo está segmentado em seis partes, a saber: (1) Fundamentos da pesquisa bibliográfica; (2) Alicerces da preliminar de pesquisa; (3) Alicerces do campo; (4) Análise dos dados; (5) Riscos e benefícios; e (6) Contornos inerentes ao produto da dissertação. Tais segmentos remetem às etapas de desenvolvimento, ou percurso metodológico, evidenciadas na Figura 1.

Figura 1 – Etapas do desenvolvimento do trabalho



Fonte: Autoral (2024).

Para além, é importante mencionar que os caminhos metodológicos normativos desta pesquisa estão alicerçados nas Resoluções nº 466/12 e nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde. Na Resolução nº 510/16, lê-se que:

> [...] a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado (Brasil, 2016, n. p.).

Permeados por essa compreensão é que os caminhos metodológicos a seguir foram modelados.

4.1 Fundamentos da pesquisa bibliográfica

Para o desenvolvimento desta dissertação, realizou-se pesquisa bibliográfica primária e secundária, ou seja, respectivamente, realizou-se consulta a dados documentais não sistematizados, mas também consulta livros, artigos acadêmicos e sites contendo legislação pertinente, conforme eixo temático sobre os assuntos: ‘educação multicultural, literatura infantil antirracista e diversidade cultural’, ‘formação docente’, ‘metodologias de aprendizagem ativas’ e ‘jogos digitais na educação’. Cada uma das fontes e informações utilizadas neste trabalho está contida nas referências bibliográficas.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), o levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias). A fundamentação bibliográfica se subdividiu em três tipos de fontes, a saber (1) a literatura cinzenta; (2) livros de autores clássicos que teorizam a aprendizagem educacional; e (3) a temática antirracista na educação. Para além, utilizaram-se artigos científicos de revistas conceituadas, conforme os eixos temáticos desta pesquisa.

A literatura cinzenta remete às legislações e, segundo Freire e Freire (2015, p. 6), “se revela no cenário multicolorido do ciberespaço como fonte de informação iluminada nos múltiplos olhares de pesquisa compartilhados nos eventos científicos”. Destaca-se que as referências baseadas na legislação vigente foram fundamentais para os contornos desta dissertação.

Tanto para tratar da literatura cinzenta quanto para tratar dos clássicos que teorizam sobre a aprendizagem educacional, a literatura e a temática antirracista na educação, vários livros e artigos foram consultados e encontram-se referenciados ao final deste trabalho. Todavia, certos autores foram estruturantes para as reflexões, a saber: Paulo Freire (2013); Nilma Lino Gomes (2018); Adecir Pozzer e Suzan Alberto Pozzer (2022); Amilcar Araujo Pereira e Jessika Rezende Souza da Silva (2021); e Fabiane Kethney do Nascimento Farias e Giovanna Freire de Oliveira (2023).

Paulo Freire (2013) é considerado um dos maiores pedagogos do mundo, conhecido como o Patrono da Educação Brasileira. Para ele, a educação passa pela leitura do mundo, tendo como objetivo conscientizar os alunos para que eles possam transformá-lo.

Nilma Lino Gomes (2018) é uma pedagoga brasileira, foi a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal, ocupou também o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, no governo Dilma. Frequentemente, se

coloca na luta contra o racismo. Ela contribuiu para esta dissertação com reflexões a respeito de como as experiências étnico-culturais podem auxiliar na formação de professores e nas ações que objetivem uma possível mudança social. A autora exalta “uma sociedade que – cada vez mais – assuma a diferença, a pluralidade, o respeito à diversidade como valores em si mesmos, para que seja mais justa, mais humana, mais inclusiva, onde caibamos todos” (Gomes, 2018, p. 117).

Adecir Pozzer e Suzan Alberto Pozzer (2022) são ambos doutores e mestres em educação, abordam a ideia da construção da identidade brasileira por meio da educação e contribuíram com reflexões a respeito da identidade, decolonialidade, interculturalidade e a construção de uma ideia de nação na história da educação brasileira.

Amilcar Araujo Pereira e Jessika Rezende Souza da Silva (2021) também são doutores e mestres em educação e contribuíram com ponderações a respeito da Lei nº 10.639/2003, da temática da educação antirracista e da diversidade.

Fabiane Kethney do Nascimento Farias e Giovanna Freire de Oliveira (2023) são ambas mestras em Ciências da Educação e contribuíram com reflexões sobre práticas pedagógicas que envolvem metodologias ativas e jogos, despertando a importância do lúdico na formação do educando.

Para além, foram selecionadas as seguintes leis, normas e/ou regulamentações: Lei nº 9.394, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LBD (Brasil, 1996), que estabelece as diretrizes educacionais em âmbito nacional; Lei nº 10.639 (Brasil, 2003), que altera a LDB para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; Lei nº 11.645 (Brasil, 2008), que complementa a Lei nº 10.639/2003 e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), que não tem caráter de lei, porém é um documento feito com base na LDB para normatizar as bases da aprendizagem no currículo da educação básica; Parecer CNE/CP nº 003 (Brasil, 2004), que é um documento que visa atender aos propósitos da alteração trazida à Lei nº 9394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei nº 10.639/2003, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

4.2 Alicerces da preliminar de pesquisa

Etapas preliminares de pesquisa são sistematizadas na Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e remetem às:

> [...] atividades que o pesquisador tem que desenvolver para averiguar as condições de possibilidade de realização da pesquisa, incluindo investigação documental e contatos diretos com possíveis participantes, sem sua identificação e sem o registro público e formal das informações assim obtidas; não devendo ser confundidas com "estudos exploratórios" ou com "pesquisas piloto", que devem ser consideradas como projetos de pesquisas. Incluem-se nas etapas preliminares as visitas às comunidades, aos serviços, as conversas com liderança comunitárias, entre outros (Brasil, 2016, n. p.).

Para materialização dessa etapa, realizaram-se conversas informais com seis professores concursados da Rede do Ensino Fundamental I para compreender contornos inerentes a este projeto, que prima pela educação antirracista valendo-se de tecnologias digitais.

As professoras que concordaram em conversar manifestaram o desejo de que inicialmente as perguntas fossem enviadas a elas pelo *Google Forms*. Sete perguntas foram então cadastradas na mencionada plataforma e encaminhadas, via *WhatsApp*, em outubro de 2023. Detalhes a respeito dessa etapa encontram-se apresentados no capítulo 5 desta dissertação.

4.3 Alicerces do campo

A metodologia estruturante do campo desta dissertação foi a do Relato de Experiência. Na prática, pretendeu-se criar uma oficina destinada a docentes da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu – para capacitá-los a utilizar práticas pedagógicas antirracistas valendo-se de tecnologias digitais –, ministrar esse curso, registrar o processo no diário de cada dia e, valendo-se desse registro, realizar o relato de experiência.

O Relato de Experiência entende a experiência como o ponto de partida para a aprendizagem e contribuição para a produção de conhecimento humano, beneficiando o meio acadêmico e a sociedade. A escolha desse método se justifica pelo fato de o relato de experiência ser de grande importância, enquanto escrita acadêmica, para contribuir e promover o conhecimento e a melhoria das ações futuras para os profissionais, principalmente no campo educacional (Mussi *et al.*, 2021).

Para a efetivação do campo, solicitou-se autorização documental da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, bem como do Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, através da Plataforma Brasil.

Aplicou-se a oficina em dois encontros presenciais de três horas (Quadro 2), sendo que os professores participantes foram selecionados a partir de divulgação junto às redes sociais da própria Secretaria de Educação de Nova Iguaçu. As inscrições foram abertas a toda a rede de ensino, para uma turma de até 10 (dez) participantes.

Quadro 2 – Estratégia macro para o desenvolvimento da oficina

Assuntos a serem abordados	Dia	Duração	Participantes
• A importância da Lei nº 11645/08 (Brasil, 2008). • A necessidade de ampliação de diálogos em sala de aulas sobre diversidade, respeito e racismo. • Práticas educativas antirracistas, a partir da literatura infantil e dos jogos educativos digitais.	Dia 1	3 horas	10
• Metodologias ativas: importância e relevância para a educação. • Práticas pedagógicas com literatura infantil antirracista e jogos educativos digitais, a partir do aplicativo *LearningApps*.	Dia 2	3 horas	

Fonte: Autoral (2024).

Aos que se interessaram em participar, foram entregues o TCLE e o termo para uso de imagem, para autorização, a fim de prezar, sempre, pelas orientações éticas propostas nas Resoluções CNS/MS nº 466/2012 e nº 510/2016, bem como nas resoluções complementares relacionadas ao objeto da pesquisa.

Ao final da oficina, solicitou-se aos professores participantes que comentassem de que maneira a atividade auxiliou na construção de percepções e reflexões e que aprendizados a oficina trouxe para sua prática pedagógica.

4.4 Análise dos dados

Tanto para análise dos dados da preliminar de pesquisa quanto para análise dos dados do campo, trabalhou-se com o seguinte método: (1) realizou-se pré-exploração do material do relato; (2) identificaram-se categorias e procedeu-se à exploração do material, com a seleção e organização dos tópicos relevantes; (3) realizaram-se inferências balizadas pelas categorias evidenciadas no momento anterior. Tal análise foi inspirada em Laurence Bardin (2016), todavia, as categorias estabelecidas não respeitam as características propostas por Bardin, mas sim aspectos subjetivos que se tornaram evidentes durante a realização do campo – e que

remetem à importância da capacitação docente, a materiais de apoio analógicos, a materiais de apoio digitais e à prática docente.

4.5 Riscos e benefícios

Dentre os riscos possíveis, pode-se citar que os professores convidados a participar poderiam sentir medo de expor suas opiniões e ideias sobre a temática ou de admitir o seu posicionamento real sobre o tema. Dessa forma, foi necessário ter cautela e avisar aos envolvidos que eles, caso decidissem participar, teriam suas identidades preservadas. Além disso, existia também o risco de que os participantes da pesquisa tivessem seus dados pessoais expostos, porém reitera-se que foi assegurado o sigilo quanto aos nomes e identidades dos participantes.

Preocupamo-nos também em tomar cuidado para que as pessoas não se sentissem obrigadas a participar. Para tanto, cada participante foi avisado de que poderia, a qualquer momento, optar por não mais participar da pesquisa – o que foi informado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Houve também a preocupação quanto ao uso da imagem, haja vista que se pretendia fazer registros do treinamento para relato posterior. Assim, para além do TCLE, solicitou-se a assinatura do termo de autorização de uso de voz e imagem, para atestar o consentimento.

Esclarece-se que esta pesquisa seguiu as determinações éticas normatizadas pelas Resoluções CNS/MS nº 466/2012 e nº 510/2016, além das resoluções complementares relacionadas ao objeto de estudo, cumprindo todas as normativas vigentes.

Um risco inerente ao andamento do trabalho dizia respeito ao fato de que poderiam não haver interessados no curso. Nesse caso, haveria a necessidade de buscar a compreensão das variáveis que poderiam levar a essa situação: se questões ligadas ao conteúdo do curso ou se questões ligadas ao local onde o curso seria oferecido. A partir disso, ajustes seriam realizados.

Dentre os benefícios, destaca-se que a capacitação estimulou debates, reflexões e a troca de experiências sobre as temáticas do racismo e da diversidade cultural e motivou os docentes quanto ao uso das tecnologias no cotidiano escolar. Para além, um benefício macro atrelado a este projeto remete à ideia de que a capacitação promoveu impactos no ambiente de trabalho imediato de cada um dos participantes. Tais reverberações possuem em si uma potência ímpar, visto que se anseia aqui motivar as redes de ensino, tanto particular como pública, a investirem em formação docente sobre a temática antirracista no ambiente escolar, valendo-se de tecnologias digitais.

4.6 Contornos inerentes ao produto da dissertação

A fim de contribuir para fomentar um diálogo quanto à implementação da Lei nº 11.645/2008 e suas dificuldades na educação formal, junto ao Programa de Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação da Unicarioca, esta dissertação propõe a estruturação do seguinte produto: um *e-book* com reflexões e orientações a respeito da importância de práticas pedagógicas antirracistas com jogos digitais na educação formal que contribuam para o combate ao racismo estrutural a partir de tecnologias digitais.

5 PRELIMINAR DE PESQUISA

A preliminar de pesquisa aqui proposta buscou viabilizar a compreensão de aspectos inerentes à estruturação deste projeto. Tal preliminar materializou-se na forma de seis conversas com seis professores da Rede de Ensino de Nova Iguaçu, que atualmente exercem diferentes funções – sendo 2 (dois) docentes de sala de aula, 1 (um) gestor escolar, 1 (um) orientador pedagógico, 1 (um) supervisor e 1 (um) administrador pedagógico da Secretaria de Educação, com experiência em capacitação de professores.

A pedido dos professores, adotou-se a forma híbrida para materialização das conversas informais. Inicialmente, sete perguntas foram estruturadas pelo *Google Forms* (Quadro 3) e compartilhadas por *WhatsApp*, em 23 de outubro de 2023.

Quadro 3 – O questionário com 7 (sete) perguntas que nortearam as conversas da preliminar de pesquisa

(1) Você conhece ou já ouviu falar na Lei nº 10.639/03 e/ou a Lei nº 11.645/08 (que alterou a LDB), que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio?
(2) Costuma trabalhar ou já trabalhou em algum momento com literatura infantil antirracista?
(3) A escola em que trabalha tem algum tipo de infraestrutura tecnológica disponível para os professores trabalharem com os alunos?
(4) Você tem grupo de *WhatsApp* com a turma ou grupo de trabalho? Costuma compartilhar atividades pedagógicas no grupo?
(5) Conhece o site de jogos digitais pedagógicos chamado *LearningApps*?
(6) Você sente dificuldade de dialogar em sala de aula sobre racismo?
(7) Poderia expor sua opinião sobre o racismo na sociedade/na escola, hoje? Como a educação poderia mudar essa história?

Fonte: Autoral (2024).

As perguntas e respostas tangenciaram os seguintes assuntos: (1) conhecimento e importância das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08; (2) infraestrutura tecnológica da unidade escolar em que atua; (3) frequência da utilização de práticas pedagógicas antirracistas com recursos de literatura infantil e jogos educativos digitais; (4) conhecimento do site de jogos educativos *LearningApps*; (5) utilização de meios de comunicação digital no cotidiano escolar; e, por fim , (6) dificuldades e importância de abordar o tema racismo nas salas de aula.

Todavia, importante destacar, as conversas extravasaram para além das perguntas – houve acréscimos por áudios e conversas via *WhatsApp*, com relatos de situações de racismo presenciados no ambiente escolar e as dificuldades em relação à infraestrutura digital na rede. Foram conversas pautadas pela informalidade, e todas as reflexões que delas emergiram foram anotadas para modelagem do projeto – especificamente, estruturação do campo do projeto.

5.1 Preliminar de pesquisa – registro dos dados coletados

A seguir, anotações oriundas das conversas que foram realizadas por ocasião da preliminar de pesquisa (Quadro 4).

Quadro 4 – Anotação das conversas que foram realizadas por ocasião da preliminar de pesquisa

Preliminar de pesquisa em outubro/2023	
Perguntas	**Respostas**
(1) Você conhece ou já ouviu falar na Lei10.639/03 e/ou a Lei11.645/08, que alterou a LDB, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio?	6/6 tem conhecimento das Leis.
(2) Costuma trabalhar ou já trabalhou em algum momento com literatura infantil antirracista?	6/6 já trabalharam com literatura infantil antirracista
(3) A escola que trabalha tem algum tipo de infraestrutura tecnológica, disponível para professores trabalhares com os alunos?	Conforme infraestrutura de cada unidade escolar • Internet - 4/6 tem internet nas escolas • Computadores e/ou Tablets - 3/6 tem computadores e/ou tablets • Televisão com acesso ao Youtube - 6/6 tem data show • Data show -1/6 tem televisão
(4) Você tem grupo de *WhatsApp* com a turma ou grupo de trabalho, costuma compartilhar atividades pedagógicas no grupo?	3/6 tem grupos de *WhatsApp* para troca de atividades
(5) Conhece o site de jogos digitais pedagógicos chamado *LearningApps*?	1/6 conhecem o site *LearningApps*
(6) Você sente dificuldade de dialogar em sala de aula sobre racismo?	6/6 não tem dificuldades de falar sobre o racismo
(7) Poderia expor sua opinião sobre o racismo na sociedade/na escola, hoje? E como a educação poderia mudar essa história. E as respostas estruturou-se conforme quadro abaixo?	Conforme a opinião sobre o racismo na sociedade/na escola de cada participante da preliminar de pesquisa • P1 - A educar não é apenas transmitir conhecimento, mas sim contribuir para a formação do aluno/cidadão ativo e interativo na sociedade em todas as questões sociais inclusive o racismo, a educação muda pessoas e pessoas transformam o mundo • P2 - Deveriam ter projetos voltados nessa temática durante todo o ano. Atividades lúdicas e práticas! • P3 - Precisamos começar a conscientizar os nossos pequenos eles serem multiplicadores da cultura antirracista. • P4 - O racismo é uma realidade em nossa sociedade e na escola hoje, nós enquanto profissionais da educação temos o dever de conscientizar e ensinar aos nossos alunos a importância que cada um tem enquanto ser humano independentemente da cor da pele. • P5 - Neste trabalho sempre procuro mostrar as crianças a importância de respeitar todas as pessoas, sua cultura, suas diferenças e a importância tanto dos negros como dos indígenas na construção da nossa sociedade. • P6 - Vivemos um momento em nossa sociedade em que o racismo não é mais tolerável.
Informações Adicionais	

Relatos acrescentados por áudio ou mensagem	• P1 - A internet não chega nas salas de aula, e computadores só na secretaria da escola. • P3 - Os casos de racismo infelizmente ainda acontecem, piadinha sobre cabelo, cor. Esquecem que todos temos sangue negro.

Fonte: Autoral (2024).

As conversas foram lidas e analisadas, e algumas questões evidenciaram-se – apresentadas em detalhes na seção seguinte (5.2 Discussões e achados).

5.2 Discussões e achados

Dados da preliminar de pesquisa sugerem que: (1) professoras de Ensino Fundamental da rede de Nova Iguaçu têm conhecimento da Lei nº 11.645/08, o que é bastante significativo, haja vista que isso revela atualização sobre as informações legais; (2) a falta de infraestrutura tecnológica nas redes de ensino é uma realidade a nível nacional, o que tende a gerar limitações em trabalhos pedagógicos de combate ao racismo com tecnologias digitais que os docentes queiram realizar; (3) a literatura antirracista já é utilizada pelas professoras de Ensino Fundamental da rede de Nova Iguaçu em suas práticas pedagógicas há algum tempo – mesmo que sem uma estratégia específica, já tendem a promover práticas lúdicas muito agradáveis.

Notou-se que todas as professoras ouvidas possuíam conhecimento da Lei nº 11.645/08, mas não conheciam todos os detalhes. Tal lei é de grande relevância, pois demanda atualização dos profissionais sobre educação em relação às legislações vigentes que respaldam o trabalho docente, principalmente ao abordar a temática do racismo no cotidiano escolar. De acordo com Andrade (2019), "observa-se que a Lei nº 10.639, de 2003, não é apenas mais um marco legal, mas um divisor de águas no processo de implementação de uma sociedade antirracista e, consequentemente, uma educação de mesma linha".

A falta de infraestrutura tecnológica nas redes de ensino é uma realidade a nível nacional. Segundo Prioste (2017, p. 862), "de acordo com o Comitê Gestor da Internet (CGI), as escolas públicas brasileiras possuem insuficientes recursos tecnológicos para a condução de atividades pedagógicas", mas esta pesquisa propõe-se a estimular os professores a não se sentirem desmotivados com as limitações do local de trabalho, pois os docentes têm papel essencial para a inclusão digital dos educandos, que, por vezes, estão inseridos numa realidade socioeconômica que os limita.

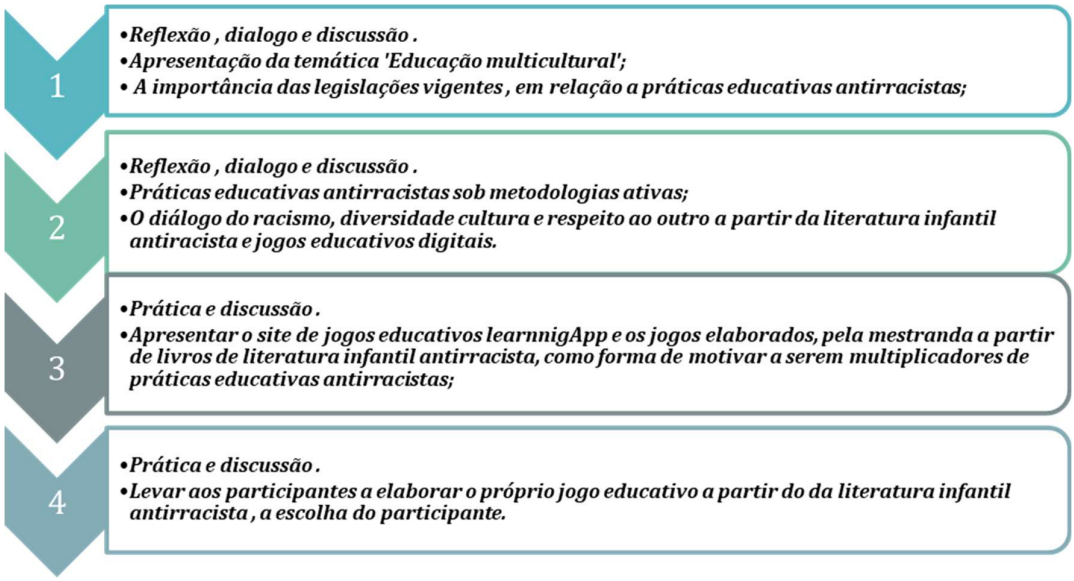
Por fim, pode-se perceber que já há utilização de literatura antirracista, ao menos por parte das professoras ouvidas. Segundo Santos (2022), por meio do "envolvimento do educando com as histórias contadas pelos livros, é ressaltado o poder de diálogo que ele empenha e revela

questões de identidade, formação da consciência ética e crítica do leitor que são relevantes para a formação da criança como indivíduo e para as práticas que ele exercerá socialmente". Porém, a abordagem da temática ainda está limitada ao calendário de datas comemorativas, e esta pesquisa pretende motivar o diálogo mais contante sobre a valorização da diversidade cultural nas aulas.

Nota-se também uma vontade muito grande, por parte das professoras ouvidas, em trabalhar com jogos educativos digitais no cotidiano escolar, mas as limitações e o desconhecimento, por vezes, as limitam. A falta de conhecimento sobre o site *LearningApps* foi relevante, pois foi escolhido para aplicação na capacitação dos professores por ser um site em que o profissional pode tanto se utilizar dos jogos educativos digitais já prontos quanto elaborar os seus próprios.

Achados viabilizaram as seguintes decisões para a modelagem do campo deste projeto: (i) a metodologia do Relato de Experiência seria a mais apropriada para o campo; (ii) a oficina de capacitação para professores, tangenciando aspectos particulares e interessantes da literatura antirracista mediada por metodologias ativas – e não necessariamente tecnologias digitais –, precisaria abordar assuntos específicos (Figura 2).

Figura 2 – Tópicos estruturantes da capacitação de professores no campo



Fonte: Autoral (2024).

Para tanto, possivelmente seriam necessários dois encontros presenciais – o primeiro, mais teórico, e o segundo permeado por práticas – de 3 horas cada; (iii) a turma de professores

para a oficina precisaria ter, no máximo, 10 (dez) participantes, para que todo o trabalho ocorresse com qualidade.

6 CAMPO

Este relato trata da experiência vivenciada pela palestrante/pesquisadora em atuação na capacitação de professores na Rede Municipal de Nova Iguaçu, intitulada *Jogos Educativos Digitais para o Ensino das Práticas Educacionais Antirracistas*, proposta junto à Casa do Professor e consolidada nos dias 15 (quinze) e 22 (vinte e dois) do mês de maio deste ano, no período da tarde, das 14 (quatorze) às 17 (dezessete) horas.

A Casa do Professor é um espaço de formação, localizado dentro da Secretaria de Educação do Município de Nova Iguaçu, no centro do município, e de fácil acesso quanto ao transporte público. O local conta com 4 (quatro) salas de formação, climatizadas, equipadas com *data show*, *wi-fi* e aparelho de som e adaptadas de acordo com as necessidades de cada capacitação, com computadores, mesas, cadeiras, entre outros equipamentos. O espaço é novo e, desde 2018, vem proporcionando formações, cursos, oficinas e *lives*, objetivando a capacitação e formação continuada dos docentes da rede. Segundo Gomes (2018, p. 7):

> Quanto mais complexas se tornam as relações entre educação, conhecimento e cotidiano escolar; cultura escolar e processos educativos; escola e organização do trabalho docente mais o campo da Pedagogia é desafiado a compreender e apresentar alternativas para a formação dos seus profissionais.

Para a capacitação ser colocada em prática, um projeto foi proposto à Casa do Professor, conforme o Anexo III, com o tema *Educação Antirracista sob a Perspectiva da Lei nº 11.645/08*, em abril de 2024, delimitando a prática a dois encontros de 3 (três) horas cada, para 10 (dez) participantes, sendo o público-alvo de professores do Ensino Fundamental I. Para o primeiro encontro, foi solicitado o espaço organizado para debates, reflexões e discussões, onde seriam abordados os temas ‘combate ao racismo estrutural’ e ‘valorização da diversidade étnico-racial’, com a demonstração de práticas educativas antirracistas unindo os recursos da literatura infantil e dos jogos digitais. Já para o segundo encontro, o espaço seria organizado com computadores ou *laptops* com acesso à internet, para a prática de elaboração dos jogos educativos digitais, a partir do site *LearningApps*, como também uma breve reflexão sobre as metodologias ativas e a importância da inclusão digital dos discentes.

A partir da aprovação do projeto de capacitação, a Casa do Professor passou a ser responsável pela divulgação nas suas próprias redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*, e nos grupos de professores, e pela inscrição dos participantes e formação da turma. A divulgação da capacitação ocorreu em 7 (sete) de maio de 2024 (Figura 3), e, surpreendentemente, segundo a Casa do Professor, a proposta teve 38 (trinta e oito) inscritos, com o grande interesse decorrente

do tema inovador para o espaço, visto que a junção dos temas ‘educação antirracista’ e ‘jogos digitais’ foi inédita para uma formação na Casa do Professor. Diante disso, foi solicitada à palestrante/pesquisadora a ampliação da capacitação para um grupo de 20 (vinte) participantes, o que foi prontamente atendido. Segundo Domingos e Recena (2010 *apud* Simomukay; Oliveira, 2021), “o conhecimento no desenvolvimento dos jogos digitais sob a ótica construtivista deve favorecer a interação dos alunos com o jogo, estimulando a produção de conhecimento de forma efetiva a partir da experiência de interação que foi proporcionada”.

Figura 3 – Divulgação da capacitação de professores



Fonte: *Instagram* – @semednovaiguacu.rj.

A capacitação foi conduzida pela palestrante/pesquisadora e teve a presença de 15 (quinze) participantes, sendo 13 (treze) professores da Rede Municipal de Nova Iguaçu e 2 (dois) estagiários da Secretaria Municipal de Nova Iguaçu, ambos do curso de Pedagogia da Universidade de Nova Iguaçu – UNIG. Nos encontros foram propostos debates direcionados, leitura de literatura infantil, vídeos e muita troca de experiências profissionais, como também indicações de literatura infantil antirracista, apresentação e confecção de jogos educativos digitais junto ao site *LearningApps*.

6.1 O primeiro dia

No primeiro dia de capacitação (Figura 4), primeiramente foi exposto o objetivo da atividade em prol do mestrado da palestrante/pesquisadora. Prontamente, 14 (quatorze) pessoas decidiram participar da pesquisa, assinando os termos pertinentes – 'Autorização do Uso de Voz e Imagem' e 'Termo de Consentimento Livre e Esclarecido' –, conforme modelos aprovados junto à Plataforma Brasil.

Figura 4 – Primeiro dia da capacitação



Fonte: Autoral (2024).

A capacitação foi conduzida por duas questões norteadoras, sendo elas: (1) Os docentes se sentem preparados para conversar sobre racismo em sua sala de aula? e (2) Como a utilização da literatura infantil e dos jogos digitais pode colaborar para a prática da educação antirracista? Foi apresentada a proposta da pesquisa, e as reflexões que sucederam buscaram compreender se os professores se encontravam preparados para falar sobre racismo no ambiente escolar, além de evidenciar como é importante abordar, de forma mais contínua e com linguagem fácil aos discentes, temas sobre o respeito à diversidade racial, cor da pele, valorização e representatividade da história afro-brasileira e indígena, como também sobre a importância da

legislação vigente para a prática educativa antirracista. Segundo Mussi *et al.* (2021, p. 63), "o conhecimento humano está ligado ao saber escolarizado e aprendizagens das expressões socioculturais".

A partir disso, ressaltamos algumas reflexões importantes para este trabalho feitas pelos participantes, como a da prof.ª 5, que afirmou que: "os professores, às vezes, não trabalham questões antirracistas com medo de represálias dos próprios responsáveis, que não conseguem entender esse tipo de ensino"; ou a da prof.ª 6, que disse que: "o poder público cria as leis, mas na prática não temos capacitação; pelo menos em Nova Iguaçu, eu nunca vi", acrescentando que "a Semed tem vários projetos, mas [com] a temática antirracista, só mesmo em novembro, sempre com a mesma historinha: 'A Menina Bonita do Laço de Fita".

No decorrer do encontro, mostrou-se uma reportagem com a manchete 'Macaco é colocado ao lado de boneca negra em vitrine de shopping', do SBT Rio, de 27/02/2024, que se encontra acessível na internet, levando à discussão sobre se temos o olhar preparado para identificar o racismo e se temos a coragem de nos posicionar diante desses acontecimentos. Destacam-se alguns posicionamentos, como o da prof.ª 3: "cada um tem suas lutas, o que torna o olhar mais atento a situações como essas"; o da prof.ª 6: "não temos um olhar treinado para identificar o racismo"; e o da prof.ª 2: "não acho difícil identificar o racismo quando vemos um macaco vestido ao lado de outras bonecas".

Todas as contribuições levam-nos à reflexão sobre o quanto é importante nos sensibilizarmos, entendermos o papel de cada um de nós na sociedade e a necessidade de nos capacitarmos a ter um olhar mais atento e mais crítico. Colocar em prática a educação antirracista não é tarefa fácil, ainda mais diante de uma sociedade reconhecidamente racista. Segundo Hooks (2013, p. 51-52), "os educadores têm de reconhecer que qualquer esforço para transformar as instituições de maneira a refletir um ponto de vista multicultural deve levar em consideração o medo dos professores quando se lhes pede para que mudem de paradigma".

A resistência social é grande, mas temos que nos posicionar enquanto professores, reconhecer nosso papel, nossa raça, cor da pele, nosso poder de fala e entender a posição social e política em que nos encontramos, diante dos privilégios ou julgamentos que nossa cor de pele representa na sociedade atual, pois ainda temos um longo caminho a percorrer para colocar em prática a educação antirracista de forma contínua. A escola tem um papel importante para promover a igualdade étnico-racial. Segundo Almeida (2019, p. 39-40), "é dever de uma instituição que realmente se preocupe com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem [...] promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas com o público externo".

Continuamos com a apresentação de alguns jogos físicos de origem indígena, como ‘peteca’, ‘arco e flecha’ e ‘cabo de guerra’, e de origem africana, como ‘amarelinha africana’, ‘pegue a cauda’, ‘terra e mar’, entre outros, demonstrando a importância do brincar na prática docente. Além disso, sugerimos algumas literaturas infantis antirracistas, que, em conjunto com os jogos educativos digitais, propomos que são recursos importantes para a prática da educação antirracista.

Os livros físicos e digitais de literatura infantil antirracista sugeridos apresentam uma linguagem de fácil compreensão, para que os discentes possam refletir criticamente sobre as temáticas, tais como: a representatividade do cabelo afro e a valorização da ancestralidade, conforme as histórias de *Princesas Negras*, *Mil Cabelos de Ritinha*, *Amor de Cabelo* e *Que Cabelo é Esse Bela?*; a diversidade da cor da pele e o respeito ao outro, discutidos em *E Pele tem Cor?*, *Lápis Cor da Pele* e *Minha Mãe é Negra Sim*; as histórias e lendas dos povos originários, presentes em *O Tupi Que Você Fala* e *Histórias Africanas para Contar e Recontar*. Além desses e de outros títulos mostrados na capacitação, filmes de curta metragem e livros sugeridos pelos professores participantes também foram compartilhados, sendo que um ponto de grande relevância do dia foi a troca de dicas de recursos para trabalhar a temática, de acordo com as vivências docentes de cada um, conforme a Figura 5.

Figura 5 – Literatura infantil sugerida na capacitação



Fonte: Autoral (2024).

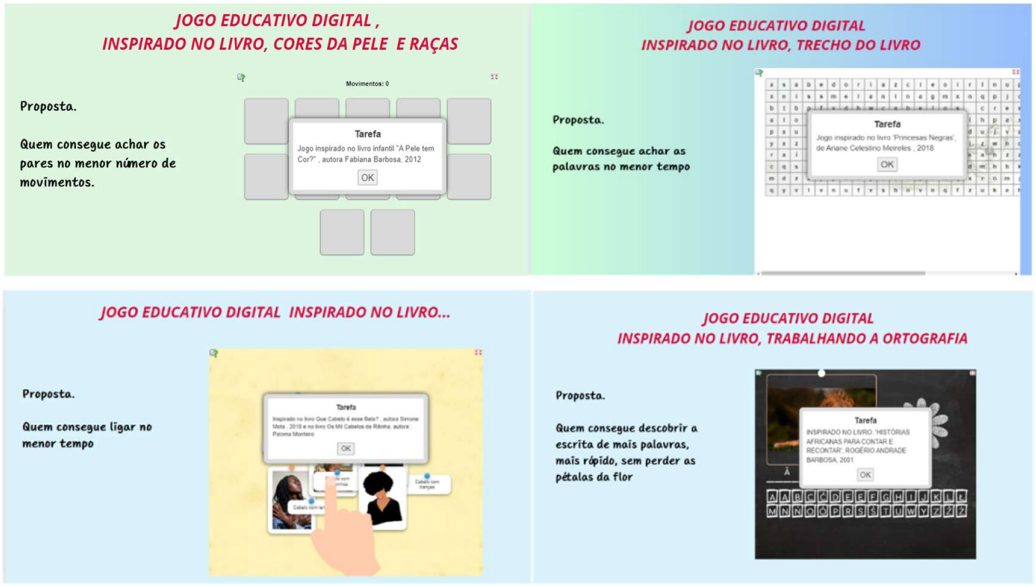
Dentre os títulos apresentados, foram escolhidos 5 (cinco) livros, sendo eles: *Princesas Negras*, *Mil Cabelos de Ritinha*, *Que Cabelo é Esse Bela?*, *E Pele tem Cor?* e *Histórias Africanas para Contar e Recontar*, a partir dos quais a palestrante/pesquisadora elaborou 4

(quatro) jogos educativos digitais, demonstrando a possibilidade de elaborar o próprio jogo digital a partir do conteúdo dos livros de literatura, conforme Figura 6.

Na apresentação, apenas 1 (um) dos 15 (quinze) professores presentes já conhecia o site *LearningApps*, e foi dito pelo prof.º 6: "eu usei na pandemia, achei bacana relembrar; quando voltaram as aulas presenciais, parei de dar atividades digitais". No decorrer do encontro, demonstramos que o lúdico dos jogos digitais pode estar de acordo com as reflexões ou conteúdos propostos que os docentes desejarem ministrar em suas aulas, seja de forma interdisciplinar ou diretamente ligado às temáticas antirracistas.

Na prática do dia, foram discutidas as reflexões sugeridas e possíveis sobre os livros escolhidos, e os participantes puderam jogar e se divertir na sala de forma digital, com o jogo compartilhado por *WhatsApp* no grupo virtual da turma, simulando a prática docente. Segundo Santos *et al.* (2017), "a experiência digital deve possibilitar à criança explorar intuitivamente o seu conteúdo, de maneira cativante e divertida, mas sem perder o foco da experiência literária".

Figura 6 – Jogos digitais sugeridos pela palestrante/pesquisadora



Fonte: Autoral (2024).

6.2 O segundo dia

No segundo dia de capacitação, com a presença de 12 (doze) dos 15 (quinze) participantes, fazendo um preâmbulo com o primeiro encontro, iniciamos ouvindo o seguinte relato do prof.º 2: "no último encontro, saí daqui pensando na história das 'princesas negras' e pesquisei a história das tranças e [pensei] na responsabilidade que temos em não apenas falar

que é bonito, e sim contar a história dos penteados afro", o que resultou em um debate quanto ao uso de tranças afro pela beleza, e não pela história que elas representam. O que tiramos desse debate é que não podemos parar de estudar e buscar conhecimento sobre a história afro-brasileira, temos muito o que aprender e para praticar precisamos conhecer e nos reconhecer como parte dessa história e lembrar que a literatura, apesar de ser cheia de ilusões e fantasia, tem uma mensagem reflexiva que, se amparada por um conhecimento prévio da história afro-brasileira e indígena, poderá ser problematizada e discutida. De acordo com Gomes (2018, p. 16):

> Apesar de reconhecermos que aconteceram alguns avanços no campo educacional, a inserção da discussão sobre a diversidade no campo da formação de professores/as ainda fica restrita ao interesse específico de alguns profissionais, cujo investimento se dá devido à sua própria história de vida, pertencimento étnico/racial, postura política, escolha pessoal, desejo e experiências cotidianas que aguçam a sua sensibilidade diante da diferença trazendo-lhes de forma contundente a importância da inserção dessa discussão na prática escolar.

Seguimos o dia propondo a reflexão sobre a seguinte questão: como as metodologias ativas dos jogos educativos digitais somadas às reflexões dos livros de literatura infantil antirracista podem contribuir para a formação de identidade do educando e, a longo prazo, para o combate ao racismo estrutural? Destacamos alguns relatos, como o do prof.º 1, que afirmou que: "precisamos ser otimistas"; e o do prof.º 2, que disse que: "colocar o aluno como protagonista e tirar ele da passividade e inserir o seu senso crítico é o caminho".

As reflexões prosseguiram, a respeito do significado das metodologias ativas, sua importância e seus benefícios na educação. Consideramos que as metodologias ativas podem trazer ao educando benefícios como empatia, confiança, responsabilidade, autonomia, colaboração, protagonismo, senso crítico, participação, aprendizado envolvente, entre outros. Colocamos em pauta a importância de incluir digitalmente os educandos através da escola, de forma direcionada e planejada. Segundo Farias e Oliveira (2023), "focar na formação, por meio do empoderamento, significa formar os alunos para participarem integralmente da sociedade, como profissionais e cidadãos".

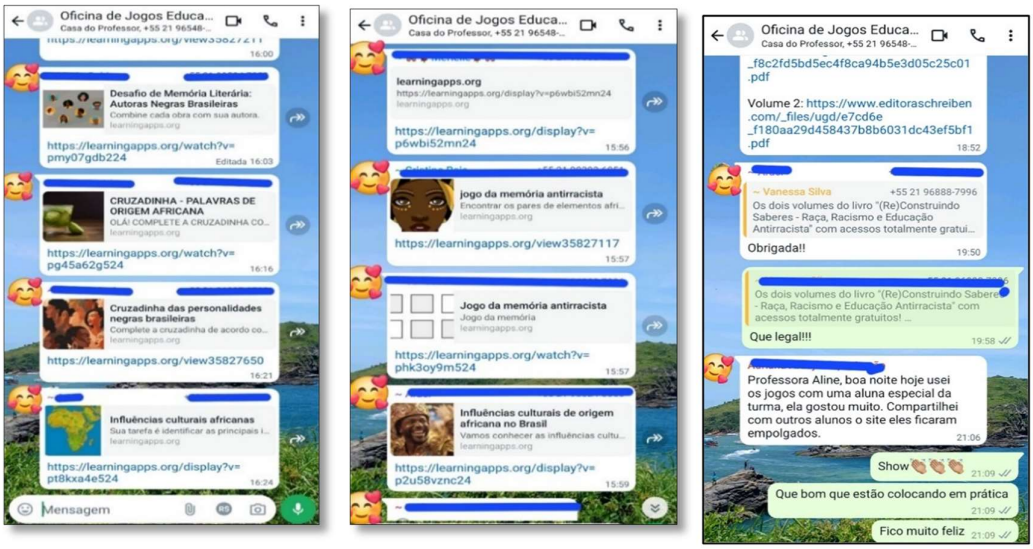
Figura 7 – Segundo dia da capacitação



Fonte: Autoral (2024).

Na prática, foi apresentado aos participantes o site de jogos educativos digitais *LearningApps*, ensinando-os, passo a passo, a explorar e elaborar seus próprios jogos educativos digitais, como jogo da memória, cruzadinha, jogo de ligar, caça-palavras, entre outras possibilidades. No site foi possível que os professores explorassem os jogos por nível de escolaridade e por disciplina e elaborassem jogos digitais para sua prática docente voltados para a educação antirracista. Cada participante explorou a criatividade de uma forma diferente na elaboração dos jogos voltados para a temática, que foram compartilhados via *WhatsApp*, para que todos pudessem jogar e utilizar em suas aulas, conforme a Figura 8.

Figura 8 – Elaboração dos jogos digitais pelos professores participantes

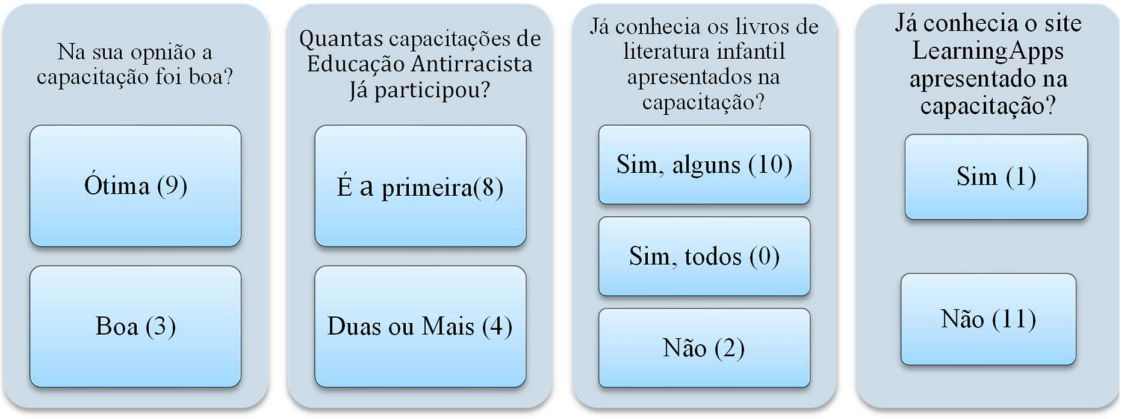


Fonte: Autoral (2024).

6.3 Considerações sobre os dois dias

Nos dois dias conseguimos abordar todos os tópicos propostos de maneira dinâmica, produtiva, reflexiva, prazerosa e com muito aprendizado. Ao final da capacitação, foi proposta uma avaliação, à qual os 12 (doze) participantes responderam prontamente. A avaliação tinha 2 (duas) questões sobre informações a respeito do grupo, perguntando o ano de escolaridade e a localidade em que atuavam, 4 (quatro) questões objetivas sobre a capacitação, ilustradas na Figura 9, e, por fim, 3 (três) questões livres sobre as opiniões dos participantes, a partir das quais pudemos fazer uma reflexão generalizada a respeito dos encontros.

Figura 9 – Avaliação da capacitação



Fonte: Autoral (2024).

Diante de todas as manifestações, observou-se que o que os participantes mais gostaram foi a elaboração dos jogos educativos digitais. Em relação às discussões sobre o combate ao racismo, precisamos continuar estudando e sensibilizando os profissionais a assumirem essa missão, sendo que as práticas educativas antirracistas propostas na capacitação foram de grande relevância e é possível levá-las para as salas de aula. Conclui-se, a partir das experiências e relatos, que a capacitação foi ótima, inovadora e que os participantes saíram de lá motivados a buscar novos aprendizados. Porém, se faz necessário um projeto mais contínuo, principalmente pela Secretaria de Educação de Nova Iguaçu, de capacitação docente para educação antirracista e inclusão digital.

Importante reiterar que todos os dados obtidos pelo relato de experiência respeitaram as resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e a Carta Circular nº 166/2018, que define os contornos da metodologia Relato de Caso, adotada neste estudo. Todas as medidas foram tomadas para preservar a identidade e o anonimato dos participantes e quanto à exposição ou vazamento de imagens e áudios, conforme prevê a Resolução nº 510/2016: "IV-confidencialidade, é garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra sua revelação não autorizada" (Brasil, 2016, n. p.).

7 ANÁLISE DE DADOS

As informações do relato foram analisadas. Para tanto, os seguintes passos foram tomados: (1) realizou-se pré-exploração do material do relato; (2) identificaram-se categorias e procedeu-se à exploração do material, com a seleção e organização dos tópicos relevantes em categorias; (3) realizaram-se inferências balizadas pelas categorias evidenciadas no momento anterior. Tal análise foi inspirada em Laurence Bardin, todavia, as categorias estabelecidas não respeitam as características propostas por Bardin, mas sim aspectos subjetivos que se tornaram evidentes durante a realização do campo – e que remetem à importância da capacitação docente, a materiais de apoio analógicos, a materiais de apoio digitais e à prática docente.

A síntese do passo 2, referente à identificação das categorias e à exploração do material, com a seleção e organização dos tópicos relevantes nas tais categorias, encontra-se apresentada no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Resultados e achados da pesquisa

Resultados e achados da pesquisa			
Categoria		**Aspectos evidenciados com a pesquisa**	
A	Capacitação docente para a prática de educação antirracista, entraves e avanços da prática em relação a legislação vigente.	1	Há uma grande resistência do sistema educacional em incentivar a educação antirracista.
		2	O professor sozinho teme em colocar em prática a educação antirracista, sem o apoio da gestão educacional
		3	É necessário repensar a escola e a formação docente, romper com as práticas seletivas, fragmentadas e racistas ainda existentes.
		4	As leis dão respaldo legal e legitimaram, mas do que adianta se não temos capacitação para colocar em prática
		5	Construir uma mentalidade de valorização étnico-racial mais respeitosa no ambiente escolar é necessário.
B	A utilização dos livros de literatura infantil antirracista, como recurso pedagógico, é positivo para formação da identidade étnico-racial do educando.	1	Contar uma história de literatura infantil antirracista, por si só não basta, tem que está atrelada a história real dos povos negros e indígenas
		2	Há muito pouca literatura infantil indígena, mas já vemos um maior investimento em títulos com a temática da representatividade negra.
		3	A identidade coletiva pode ser entendida por um conjunto de referências sociais, e se constrói pela cor da pele, pela cultura e compreensão das suas origens.
		4	Através da literatura infantil antirracista podemos reconhecer o multiculturalismo do mundo e proporcionar aos alunos a educação que merecem.
		5	A literatura infantil antirracista contribui para a construção e reconstrução da identidade negra e indígena, com uma narrativa positiva, afirmativa e digna.

C	Os jogos educativos digitais articulados com o conteúdo das aulas podem potencializar o processo de aprendizagem do educando.	1	A prática dos jogos digitais desperta nos professores muitas possibilidades em todas as disciplinas.
		2	As ferramentas tecnológicas são muito aceitas pelos alunos e, pode agregar valor ao processo de ensino aprendizagem.
		3	O Ensino com os jogos digitais deixará tudo mais prazerosos e lúdico.
		4	O brincar estimula o desenvolvimento integral do educando, e o professor traz inovação para as aulas
		5	A falta de recursos e equipamentos pode ser uma dificuldade para a inclusão digital nas escolas, mas é possível fazendo algumas adaptações e com a alteração da LDB em 2023, pode ser que esse cenário mude.
D	A prática constante da educação antirracistas no ambiente escolar, pode contribuir para o combate ao racismo estrutural.	1	O material didático ainda é muito precário, temos que procurar outros meios de levar o diálogo sobre o racismo para as salas de aula;
		2	Somos racistas, a sociedade é racista, é difícil combater o racismo, mas temos que acreditar;
		3	Enfrentar o racismo com a educação é conscientiza-se sobre os males que ele causa, e, depende dos interesses políticos e econômicos da sociedade.
		4	A instituição escolar deve desconstruir o preconceito, com práticas pedagógicas voltadas para a igualdade étnico-racial do educando
		5	A responsabilidade social dos educadores com a formação ética dos educandos deve ser maior que a obrigatoriedade curricular.

Fonte: Autoral (2024).

O passo 3 da análise de dados remete à realização das inferências balizadas pelas categorias evidenciadas no momento anterior. As inferências encontram-se divididas nas seguintes categorias, que foram associadas aos subtítulos deste capítulo: 7.1 Capacitação docente para a prática de educação antirracista, entraves e avanços da prática em relação à legislação vigente; 7.2 A utilização dos livros de literatura infantil antirracista como recurso pedagógico é positiva para a formação da identidade étnico-racial do educando; 7.3 Os jogos educativos digitais, articulados com o conteúdo das aulas, podem potencializar o processo de aprendizagem do educando; 7.4 A prática constante da educação antirracista no ambiente escolar pode contribuir para o combate ao racismo estrutural.

7.1 Categoria A: Capacitação docente para a prática de educação antirracista, entraves e avanços da prática em relação à legislação vigente

A obrigatoriedade da implementação da história afro-brasileira e indígena, conforme mudança na legislação e sua intencionalidade, deveria funcionar como um marco histórico para a implementação da educação antirracista no cotidiano escolar, porém, ainda hoje, após décadas de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, os professores não se sentem preparados para tal ação. Por vezes, iniciativas individuais, marcadas pela própria história pessoal, fazem a diferença em uma sala de aula ou em um ambiente escolar, mas a grande maioria dos profissionais e o próprio sistema educacional resistem em entender a importância da educação antirracista nos dias atuais.

O desrespeito humano e a discriminação social, econômica, racial e religiosa estão presentes no nosso convívio, e é de grande importância assumirmos o compromisso com o combate ao racismo estrutural e o resgate ao respeito dos direitos humanos e incentivar a valorização da diversidade étnico-racial. Quando a isso, reafirma-se nesta pesquisa que a educação é o melhor caminho. Segundo Gomes (2018, p. 10):

> [...] a articulação entre formação de professores/as e diversidade étnico-cultural pode ser entendida como um importante desafio para o campo da educação e como mais uma competência pedagógica e ser construída e praticada pelos educadores e educadoras. Ela diz respeito a identidade do professor e da professora, enquanto agentes pedagógicos e políticos, com direitos e deveres não só de executar políticas educacionais, mas de participar de sua concepção e avaliação.

A falta de metas das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 não deixaram claro como e em quanto tempo deveria ser implementada a educação antirracista nas unidades escolares, uma falha real, constatada nos dias atuais pela falta dessa prática nas escolas. Acredita-se que a sensibilização de secretarias de educação e gestores escolares quanto ao incentivo à capacitação docente é essencial para que haja uma positiva implementação, cotidiana, da educação antirracista. Segundo Bezerra (2022):

> [...] fundamental é refletirmos sobre a formação dos agentes. Desse modo, para que o processo pedagógico derive de todas as intenções implementadas no prelúdio dessa política e juntas transformem o ambiente escolar (e consequentemente, toda a sociedade) é fundamental e exista um avanço e, relação as formações continuadas dos docentes.

Repensar o papel da escola é fundamental para assumir uma “educação em perspectiva intercultural e decolonial”, de forma a produzir “saberes que denunciem injustiças” (Pozzer, 2022), o que nos leva a repensar as práticas pedagógicas, currículos e materiais didáticos, como também romper com as práticas seletivas, fragmentadas e racistas que persistem nas escolas. Precisamos de uma escola para incentivar a educação antirracista, a valorização da diversidade

cultural do povo brasileiro, dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, promovendo práticas inclusivas, de diálogo e respeito ao próximo. Conforme afirmam Silva e Costa (2019), “a escola carece de ser pensada e organizada como um espaço plural, isto é, um lugar de encontro e entrelaçamento de culturas”.

Diante disso, afirma-se, conforme as palavras do prof.º 1, que “precisamos lutar por currículo”. Porém, por mais que se almeje a reestruturação do currículo, considerando que seja responsável pelo suporte e auxílio às práticas pedagógicas cotidianas, e se promova a ampliação de materiais adequados para a prática da educação antirracista, a arte de ensinar, para esta pesquisa, é a questão norteadora que poderá fazer a real diferença na sala de aula. A intencionalidade do ensino, levando o educando a reflexões sobre as temáticas relacionadas ao racismo e à diversidade, é essencial para a formação de cidadãos ativos e participativos em uma sociedade democrática e respeitosa, e para viabilizar esse cenário, a capacitação docente para a promoção da educação antirracista tem que ser estimulada e acontecer de forma contínua e formativa.

7.2 Categoria B: A utilização dos livros de literatura infantil antirracista como recurso pedagógico é positiva para a formação da identidade étnico-racial do educando

A literatura, enquanto conceito, tem nas palavras escritas o poder de provocar emoções, prazer, entretenimento, fantasias e ideias e, conforme afirma Lima (2012), nos humaniza. Defende-se, neste trabalho, que a literatura infantil antirracista seja uma importante ferramenta pedagógica para a promoção da cultura escolar antirracista e de reflexões sobre desigualdades e discriminações sociais, raciais e culturais, além de contribuir para o rompimento de estereótipos negativos, a superação de preconceitos e a construção da identidade individual e coletiva dos educandos, compreendendo e valorizando suas origens. Conforme afirma Santos (2022), “o trabalho literário constitui um processo que vai além de formar um leitor, também constrói no educando um senso crítico de práticas comportamentais que futuramente irão ser refletidas em um cidadão adulto”.

No Brasil, as literaturas afro-brasileira e indígena recentemente têm ganhado mais espaço nas livrarias. Ainda é tímido, mas visível o aumento de títulos sobre a temática do negro como protagonista, refletindo seus valores, sua cultura, sua representatividade e sua história. Segundo Melo e Oliveira (2020), “durante o século XIX e XX, as obras direcionadas ao público infantil continham caráter racista, mas por muitas vezes de forma não explicita”. Porém, apesar desses avanços, a utilização da literatura infantil antirracista nos espaços escolares ainda não é

fomentada por gestores, sendo que, por vezes, o mesmo livro é reutilizado em projetos repetitivos, apenas em datas comemorativas específicas, conforme indicam as reflexões emanadas do campo.

Ressalta-se o papel das escolas em incentivar a educação antirracista, por meio da literatura infantil somada a outros recursos pedagógicos, e conteúdos relacionados à história dos povos originários que colaborem para a formação da identidade do educando. Porém, sabemos que, na prática, não é tão simples, visto que, conforme afirma Lima (2012), devemos ter cautela na construção da identidade cultural por meio da literatura. A construção da identidade muda a todo instante e é guiada pelas histórias vividas por cada um, seja ela individual e exclusiva, de características próprias, emanadas de todas as vivências e experiências, seja ela coletiva, construída por um grupo que compartilha similaridades quanto a ideias e representações.

A apropriação da leitura por uma criança, a mistura entre fantasia, realidade, o lúdico e o prazer de ler, aguça a criatividade e o desejo de descobrir o novo. Por isso, entendemos que a importância da proposta literária infantil antirracista esteja ligada a um planejamento docente de conteúdo crítico e reflexivo sobre a história afro-brasileira e indígena, como preconiza a Lei nº 11.645/2008, proporcionado um papel de destaque para o reconhecimento da diversidade étnico-racial e do multiculturalismo, tanto no ambiente escolar como na sociedade. Segundo Barbosa e Oliveira (2020), "a leitura pode se valer das vivências e experiências de mundo da criança, apresentando a ela significados e sentidos que contribuem para a construção de si e do mundo, a partir dessa perspectiva de interação entre lúdico e real".

Acreditamos no papel que a literatura infantil antirracista pode desempenhar na construção da identidade étnico-racial do educando, valorizando o respeito, a tolerância e a diversidade em prol do combate ao racismo, como defende Culler (1999 *apud* Barbosa; Oliveira, 2020), quando afirma que "as obras literárias fornecem uma gama de modelos implícitos de como se constrói a identidade, bem como apresentam que a identidade principal dos personagens resulta de ações, de luta, de concepção de mundo".

7.3 Categoria C: Os jogos educativos digitais, articulados com o conteúdo das aulas, podem potencializar o processo de aprendizagem do educando

No ano de 2023, mais uma iniciativa pública foi feita em prol da educação. A alteração da LDB, para instituir políticas nacionais para a educação digital, através da Lei nº 14.533/2023, tem como 3 (três) dos seus 4 (quatro) eixos estruturantes: "I - Inclusão Digital; II - Educação

Digital Escolar; III - Capacitação e Especialização Digital" (Brasil, 2023, n. p.). Estes determinam, aos sistemas Federal, Estadual e Municipal, a obrigatoriedade de dar condições de infraestrutura tecnológica e capacitação para implementar a inclusão digital nos ambientes escolares.

No caso desta pesquisa, em Nova Iguaçu, a capacitação proposta, com a apresentação do site *LearningApps* e o ensino de elaboração de jogos digitais, foi inovadora. Apesar da pouca infraestrutura digital, em boa parte das escolas do município foi unanime a posição dos professores quanto à possibilidade de colocar em prática a metodologia ativa dos jogos educativos digitais em suas salas de aula, e que atividades como essa deveriam ter mais incentivo, com capacitações para a inclusão digital e educação digital escolar, por parte das Secretarias de Educação. Segundo Farias e Oliveira (2023), "as estratégias de ensino compreendem um conjunto de práticas pedagógicas contendo uma variedade de atividades com um elemento em comum: engajar os alunos a fazer as coisas e a pensar sobre o que estão fazendo".

A possibilidade de elaboração dos próprios jogos educativos digitais, de acordo com o conteúdo, despertou nos professores criatividade e ideias que iam para além da educação antirracista, pois são várias as possibilidades interdisciplinares que o site proporciona, tornando-se uma ferramenta educacional inovadora para utilizar nas salas de aulas, principalmente da rede de Nova Iguaçu. Além disso, a utilização do site está em sintonia com a perspectiva de que o brincar é essencial como parte do processo educativo, para além da ludicidade e do prazer que proporciona aos estudantes. Segundo Jappur (2024), "os jogos digitais têm o poder de agregar valor ao processo de ensino aprendizagem".

Os desafios para os professores ainda são grandes, pois a implementação de tecnologias digitais de inovação e comunicação (TDICs) ainda está sendo muito discutida no ambiente educacional. A ideia de repensar a pedagogia tradicional assusta os educadores, e compreender como a inclusão das atividades digitais, de forma direcionada e planejada, pode fazer parte de todo o processo de ensino-aprendizagem do educando requer ainda muito aprendizado, capacitação e estímulo a novas práticas docentes. Segundo Simomukay e Oliveira (2021):

> É indispensável que haja uma constante atualização do professor em relação ao uso pedagógico das TDIC em sala de aula, além de sua aceitação como um recurso promotor e potencializador de aprendizagem necessário para que o jogo educativo digital possa ser inserido em suas práticas docentes.

7.4 Categoria D: A prática constante da educação antirracista no ambiente escolar pode contribuir para o combate ao racismo estrutural

Capacitação docente para a promoção da educação antirracista é uma prática que deve se tornar constante para as secretarias de educação. Com o incentivo à formação para as práticas pedagógicas voltadas para a igualdade étnico-racial, de forma rotineira no ambiente escolar, poderemos ter uma esperança de desconstruir o preconceito e eliminar o racismo da sociedade. Segundo Hooks (2013, p. 63), "quando nós, como educadores, deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos nossos alunos a educação que eles desejam e merecem".

Acreditamos na educação antirracista, crítica, reflexiva e focada na formação do educando, para que seja sujeito atuante numa sociedade multicultural, sendo esse o caminho possível para combater o racismo. Mas há muitos desafios para que isso se torne realidade, conforme afirma Negreiros (2017, p. 9): "os estudos voltados para análise das políticas públicas dirigidas ao combate ao racismo e seus derivados no âmbito das instituições públicas são ainda pouco incentivados, e, portanto, a sua existência segue incipiente".

A partir do momento que nos conscientizamos de que somos racistas e percebemos o nosso papel na sociedade enquanto educadores, podemos, sim, levar reflexões sobre uma possibilidade real de mudança social, com mais respeito aos direitos humanos e a valorização da diversidade. O educador, sendo mediador da aprendizagem, pode propor diálogos constantes com os alunos, sob uma perspectiva intercultural, com a promoção do reconhecimento do outro e da tolerância e respeito aos grupos socioculturais (Candau, 2008).

Atualmente, ter como prática cotidiana a educação antirracista nos parece um sonho muito longe de se tornar realidade, com a falta de material didático adequado e de interesse político e econômico. Mas a motivação e o interesse dos docentes para promover a educação antirracista vêm crescendo, adaptando materiais didáticos e levando diálogos reflexivos para suas salas de aula por iniciativa própria, o que nos leva a crer que uma mudança é iminente. Esses professores, apesar das dificuldades, sabem da responsabilidade social com a formação do futuro cidadão e acreditam que a mudança educacional possa acontecer.

8 CONCLUSÕES

Dados do campo sugerem que: (1) o incentivo à capacitação docente para promoção da educação antirracista tem que ser realizado e precisa dar-se de forma contínua e formativa pelos órgãos públicos; (2) crê-se que a literatura infantil antirracista pode vir a desempenhar um papel fundamental na construção da identidade étnico-racial do educando, valorizando o respeito, a tolerância e a diversidade; (3) a implementação de tecnologias digitais (TDs) nas salas de aula ainda é novidade e vem sendo muito discutida, mas as ferramentas tecnológicas, como as dos jogos educativos digitais, são muito aceitas pelos alunos e podem agregar valor ao processo de ensino-aprendizagem; (4) a prática cotidiana da educação antirracista parece um sonho distante de se tornar realidade, mas a motivação e interesse dos docentes para promover a educação antirracista vem crescendo, e esses profissionais vêm buscando adaptar materiais didáticos e promovendo diálogos reflexivos em suas salas de aula por iniciativa própria, o que leva a crer que uma mudança é iminente.

Atualmente, o combate ao racismo é uma grande preocupação social, e para além das legislações vigentes, que visam punir com seriedade ações e atitudes de injúria, procuram-se meios para tornar esse combate mais eficaz. Nesse sentido, o caminho pela educação antirracista nos ambientes escolares está sendo discutido com mais constância como a possibilidade mais viável para que mudanças sociais possam acontecer. Pesquisas e ações docentes mostram que há um grande interesse sobre o tema, porém a falta de capacitação e incentivo dos gestores são obstáculos a superar. As leis vigentes nem sempre preveem a preparação e metas de implantação da educação antirracista, como ilustram os dias atuais, com a precariedade de materiais voltados para a temática, mais de 20 (vinte) anos depois dos principais aprimoramentos legislativos.

Com o avanço das tecnologias da informação, unir as ferramentas digitais à educação se faz necessário, mas parte da sociedade ainda resiste, discutindo os riscos e benefícios para o uso das tecnologias nas salas de aula. Acreditamos que, entre outros motivos, essas dúvidas persistem também pela falta de capacitação para as inovações tecnológicas, pois nesta pesquisa tentamos demostrar que a tecnologia dos jogos digitais e a educação antirracista com recursos da literatura infantil podem ser trabalhadas de forma planejada, integrada, direcionada e positiva.

Os livros de literatura infantil antirracista trabalhados por professores capacitados como mediadores do diálogo em suas aulas, tratando de respeito, diversidade cultural e tolerância, atrelados aos recursos pedagógicos pertinentes às reflexões propostas, como também aos fatos

históricos e às metodologias ativas dos jogos educativos digitais podem conduzir o educando a uma formação crítica, de autoconhecimento e empoderamento.

Por mais que não possamos vincular os recursos aqui propostos com a formação direta da identidade, podemos afirmar que se trata de uma construção individual influenciada por vivências escolares, sociais e pessoais, e que se dará ao longo da vida. Dessa forma, consideramos que se essas vivências forem permeadas por uma educação respeitosa e que valorize a diversidade étnico-racial, é mais provável que o educando se torne um cidadão ativo, democrático, respeitoso e participante. Assim, acreditamos que o combate eficaz ao racismo estrutural, historicamente construído, é possível, pois as reflexões que os professores podem mediar com os recursos pedagógicos antirracistas levam-nos a crer, a longo prazo, na desconstrução do racismo e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esta pesquisa não se finda neste trabalho, pois a importância da implementação da educação antirracista é muito grande, e a academia deve continuar discutindo meios de viabilizá-la. Muitos são os direcionamentos possíveis para dar continuidade à pesquisa, como: a falta de legislação sobre o tema para a Educação Infantil; a ampliação de estudos em torno das ferramentas tecnológicas que podem contribuir para a educação digital inclusiva, principalmente no campo dos jogos educativos digitais; a capacitação docente; avanços e retrocessos relacionados à temática; recursos pedagógicos e materiais adequados para promoção da educação antirracista contínua e cotidiana nas unidades escolares.

O legado desta pesquisa é a certeza de que a capacitação docente, sob a perspectiva da Lei nº 11.645/2008 e para as inovações tecnológicas no campo da educação, é urgente. Secretarias e gestores precisam se sensibilizar quanto à importância da promoção tanto da educação antirracista como da inclusão digital nas escolas, para contribuir positivamente para a formação de um educando cidadão, respeitoso, tolerante, democrático e incluído digital, social e racialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, W. F. Por uma educação antirracista: a importância da Lei nº 10.639/03. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 30, 19 nov. 2019. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/por-uma-educacao-antirracista-a-importancia-da-lei-n-1063903. Acesso em: 28 set. 2023.

BARBOSA, S.; OLIVEIRA, L. C. V. Diversidade cultural e identidade: uma análise da obra infantil "Pão e Circo". **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 18, n. 1, p. 491-508, 2021. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1072/944. Acesso em: 11 set. 2023.

BEZERRA, M. S. Os desafios da organização escolar na implementação da lei n. 10.639/03: o caráter discricionário do agente implementador. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 15, 26 abr. 2022. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/15/os-desafios-da-organizacao-escolar-na-implementacao-da-lei-n-1063903-o-carater-discricionario-do-agente-implementador. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF: CNS, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: CNS, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018a.

BRASIL. **Carta Circular nº 166/2018 – CONEP/SECNS/MS**. Esclarecimento acerca da tramitação dos estudos do tipo "relato de caso" no Sistema CEP/CONEP para a área biomédica. Brasília, DF: MS, 2018b.

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Brasília, DF: MEC, 2023.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), v. 57, n. 5, p. 611-614, set/out. 2004.

CANDAU, V. M. Multiculturalismo, educação e direitos humanos. *In*: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (org.). **Educação em direitos humanos**: temas, questões e propostas, p. 108-117. Rio de Janeiro: DP & ALLI, 2008.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

CROCHÍK, J. L. Preconceito e Inclusão. **Web Mosaica – Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v. 3, n. 1, p. 33-41, jan./jun. 2011.

FARIAS, F. K. N.; OLIVEIRA, G. F. A metodologia ativa na contemporaneidade: perspectivas da prática docente dos professores da rede municipal de Manaus/AM. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 27, 18 jul. 2023. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/27/a-metodologia-ativa-na-contemporaneidade-perspectivas-da-pratica-docente-dos-professores-da-rede-municipal-de-manausam. Acesso em: 28 set. 2023.

FREIRE, G. H. A.; FREIRE, I. M. A literatura cinzenta se ilumina na web. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 5-6, mai./ago. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/5. Acesso em: 26 out. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

GOMES, N. L. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

JAPPUR, R. F. Proposta pedagógica para aplicação e avaliação de jogos educativos digitais no contexto da sala de aula. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 3, e3149, 2024. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3149/2306. Acesso em: 3 abr. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEFRANÇOIS, G. R. **Teorias da aprendizagem**: o que o professor disse. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

LIMA, A. (org.). **O direito à literatura**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MATSUE, C.; GARCIA, I.; ASSIS, M. Educação antirracista é desafio para professores, mostra pesquisa. **Valor Econômico**, 2023. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/11/14/educacao-antirracista-e-desafio-para-professores-mostra-pesquisa.ghtml. Acesso em: 25 jul. 2024.

MELO, E. O. B.; OLIVEIRA, L. P. A Literatura Infantil de Temática Africana e Afro-Brasileira e a Construção Identitária das Crianças: Uma Análise da Literatura nos Anos Iniciais das Escolas de Rio Branco. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, v. 3, n. 3, p. 48-64, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/3278/2510. Acesso em: 23 jul. 2023.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, 2017.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2018.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2023.

NEGREIROS, D. F. **Educação das relações étnico-raciais**: avaliação da formação de docentes. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2017.

PEREIRA, A. A.; SILVA, J. R. S. Possibilidades na luta pelo ensino de histórias negras na era das bases nacionais curriculares no Brasil e nos Estados Unidos: a Lei 10.639/03 e os National History Standards. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e76993, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/YQGhVYPVBmw3Dd6M834CNPQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 jun. 2023.

POZZER, A.; POZZER, S. A. Identidade, decolonialidade, interculturalidade e a construção de uma ideia de nação na história da educação brasileira. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 13, n. 3, p. 613-632, 2022. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/6433/7329. Acesso em: 7 jul. 2023.

PRIOSTE, C.; RAIÇA, D. Inclusão digital e os principais desafios educacionais brasileiros. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. esp. 1, p. 860-880, out. 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10457/6815. Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTOS, D. C. P.; BOTTENTUIT JÚNIOR, J. B.; FURTADO, C. C. Book apps de literatura infantil e novas experiências literárias: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Teias**, v. 18, n. 51, p. 261-275, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v18n51/1518-5370-tei-18-51-0261.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

SANTOS, E. B. T. A literatura infantil no desenvolvimento do ensino-aprendizado na Educação Infantil. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 41, 1 nov. 2022. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/41/a-literatura-infantil-no-desenvolvimento-do-ensino-aprendizado-na-educacao-infantil. Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, A. P.; COSTA, E. M. O currículo escolar e as relações étnico-raciais: entre desafios e perspectivas na educação infantil. **Revista Exitus**, v. 9, n. 5, p. 190-214, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/exitus/v9n5/2237-9460-exitus-9-05-190.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SIMOMUKAY, E.; OLIVEIRA, C. A. R. Gamificação no ensino-aprendizagem de funções orgânicas: estratégias de avaliação da produção de um jogo educativo digital. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 4, 2 fev. 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/4/gamificacao-no-ensino-aprendizagem-de-funcoes-organicas-estrategias-de-avaliacao-da-producao-de-um-jogo-educativo-digital. Acesso em: 22 set. 2023.

APÊNDICES
Apêndice I – TCLE

UNICARIOCA

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal Educação

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE
E ESCLARECIDO- PROFESSOR (A)

Projeto de Pesquisa: A Literatura Infantil sob a Perspectiva da Lei 11.645/08: Capacitação Docente Mediada por Metodologias de Aprendizagem Ativas.

Prezado(a) Professor(a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **'Literatura Infantil sob a Perspectiva da Lei 11.645/08, mediada por Metodologias de Aprendizagem Ativas'**, sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Aline Silva dos Santos, aluna do curso de Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação da Unicarioca (MPNTDE), sob a orientação da Professora Rosa Lídice de Moraes Valim e Verônica Eloi de Almeida. A justificativa deste trabalho poderá contribuir quanto a reflexão da importância de trazer para o ambiente escolar, atividades que favoreçam o diálogo constante sobre o respeito ao outro, a diversidade cultural, a inclusão social e digital, para fins de uma construção de um ambiente escolar de respeito e aceitação. E, em longo prazo, almejar-se uma sociedade mais justa e igualitária através de práticas pedagógicas que combinem a literatura antirracista e jogos digitais.

Esta pesquisa tem por objetivo refletir a respeito de como combinar literatura infantil antirracista e tecnologias digitais, na formação de docentes do Ensino Fundamental, a fim de propor aulas dinâmicas que contribuam para a formação de identidades e combate ao racismo estrutural.

Os procedimentos adotados para esta pesquisa serão: Durante a capacitação de formação docente intitulada, 'Educação Antirracista sob a Perspectiva da Lei 11.645/08', aberto a toda a Rede de Ensino de Nova Iguaçu para docentes do Ensino Fundamental I, na Casa do Professor, local de formação na própria Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu. Na oficina propõe-se 2 (dois) dias de oficina, de 3(três) horas cada encontro, sendo que no primeiro dia pretende-se levantar um diálogo com os professores sobre a educação antirracista no cotidiano

Assinatura do professor participante _____Data ____/____/2024

Digitalizado com CamScanner

escolar e, as temáticas da 'Educação Multicultural', a 'importância das legislações vigentes para o trabalho da educação antirracista', 'Dialogar sobre racismo, diversidade cultural, formação de identidade, inclusão social e digital'. Já no segundo dia 'Dialogar sobre práticas educativa antirracistas com literatura infantil e metodologias ativas de jogos digitais' e 'Apresentar o site de jogos educativos digitais LearningApp, ensinando a elaborar 1 (um) jogo'.

Todos os professores inscritos participarão da oficina , mas somente os professores que derem seu aceite para ser voluntário da pesquisa, os dados serão utilizados pela pesquisadora, mas todos participarão, da capacitação docente presencial regida por um roteiro questões norteadoras, pré-definido pela pesquisadora, a fim de gerar um cenário de diálogos em que a opinião e um professor dinamiza e influencia a conversa com outros professores, criando desta forma uma inteligência coletiva sobre o assunto. A pesquisa se valerá dos diálogos e elementos provenientes da oficina e experiência da elaboração de jogos educativos digitais pelo site LearningApp. A oficina de capacitação docente será composta por professores da Rede Municipal de Nova Iguaçu, do Ensino Fundamental I , inscritos para participar da Oficina, visando a interdisciplinaridade das visões, e haverá gravação de voz e imagem, via celular para fins da pesquisa, na oficina presencial. A Capacitação Docente será conduzida sem ônus algum e de forma gratuita na Casa do Professor , na Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu. Assegura-se que a oficina será gravada mediante a permissão dos participantes de modo que se garanta a proteção da confidencialidade, privacidade e identidade dos professores envolvidos, inclusive do uso de suas vozes e imagens, tendo em vista a Resolução CNS n° 510 de 2016.

Quanto aos riscos, cabe ressaltar que, segundo a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, em suas diretrizes e normas, indica que toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco, sendo este caraterizado como a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica moral, intelectual, social, cultural do ser humano, ou mesmo, vazamento de informações, Constrangimento ou mal-estar em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente.

Para a minimização dos riscos todas as gravações e transcrições da capacitação de professores serão armazenadas localmente e não em ambiente de nuvem, os arquivos serão protegidos por senha e o computador que armazenará esses arquivos contará com programa antivírus em versão paga e atualizada. A identidade de todos os participantes será mantida no mais absoluto sigilo e a privacidade dos participantes será totalmente respeitada. Faz-se

Assinatura do professor participante _____Data ____/____/2024

Digitalizado com CamScanner

importante sublinhar que o (a) pesquisador (a) não tem poderes para alterar a realidade do campo, apenas pretende compreender tal realidade para escrever sobre ela visando promover reflexões para inspirar profissionais a atuarem com mais consciência.

Enfatiza-se que os convidados a participar da pesquisa tem total liberdade de escolherem participar da pesquisa ou não, sem que nada lhes seja pago ao cobrado para tal e quaisquer dúvidas sejam sanadas através da pesquisadora que adotará uma conduta ética e respeitosa com os questionamentos dos participantes, utilizando linguagem clara e acessível, e acrescenta-se que estes que aceitarem participar poderão em qualquer fase da pesquisa retirar seu consentimento, sem penalidades ou necessidade de justificativas.

Quaisquer potenciais riscos físicos, psicológicos, espirituais, morais, familiares, intelectuais, sociais e culturais serão cuidadosamente minimizados a partir de ações cabíveis dentro da Casa do Professor. Para além, será garantida a indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação no projeto, conforme decisão judicial ou extrajudicial, e também, caso haja necessidade, o ressarcimento de despesas de transporte e alimentação dos participantes.

Como benefício esta pesquisa trará para o(a) professor(a) participante da Rede Municipal de Nova Iguaçu, a apropriação de conhecimentos para sua formação, o desenvolvimento de atividades pedagógicas com o apoio de recursos digitais, auxiliando no processo de aprendizado das práticas educativas antirracista com jogos digitais, estimulando debates, troca de experiências sobre a temática do racismo e diversidade cultural, no ambiente escolar e na sociedade, como também motivar os docentes ao uso das tecnologias no cotidiano escolar. Como benefício indireto. Os participantes trarão uma relevante contribuição para um campo de pesquisa ainda incipiente no nosso país.

A participação do (a) professor (a) na pesquisa não implicará em custos adicionais. O/A professor (a) não terá qualquer despesa com a realização das etapas desta pesquisa que serão custeadas pela pesquisadora responsável por essa proposta. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela participação dele.

Assinando esse consentimento, o (a) professor (a) não desiste de nenhum de seus direitos. Além disso, o(a) professor(a) não libera os investigadores de suas responsabilidades legais e profissionais no caso de alguma situação que prejudique o participante. A participação nessa pesquisa é inteiramente voluntária. Uma vez aceitando a participar dessa pesquisa, o(a)

Assinatura do professor participante _____Data ____/____/2024

Digitalizado com CamScanner

professor(a) deverá se sentir livre para desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que isso afete o seu relacionamento futuro com esta instituição.

Em caso de dúvidas quanto à ética do estudo, o(a) professor(a) poderá se reportar ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos - subordinado ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, órgão do Ministério da Saúde, através de solicitação ao representante de pesquisa, que estará sob contato permanente, ou contatando o Comitê de Ética em Pesquisa desta instituição, no telefone (21) 2215-1485. Em qualquer etapa da pesquisa, o participante terá acesso ao pesquisador (à pesquisadora) responsável pela investigação para esclarecimento de dúvidas. O (A) pesquisador (a) responsável poderá ser contatado (a) por e-mail **alelinne2016@gmail.com**, telefone ou mensagem instantânea **(21)991243999.** Além disso, a professora orientadora desse estudo, Prof**. Rosa Lídice de Moraes Valim e Verônica Eloí de Almeida**, estará disponível caso os participantes queiram esclarecer algum aspecto da pesquisa diretamente com ela. Para contatá-la, poderão enviar um e-mail para **rvalim@unicarioca.edu.br** e **veronicaeloi@hotmail.com**

Todas as informações da pesquisa serão confidenciais, sendo divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não incluindo apresentação de dados ou informações que possibilitem a identificação dos voluntários, sendo asseguradas a confidencialidade das informações e a privacidade dos participantes da pesquisa e dos não participantes presentes, bem como será preservada a privacidade de suas identidades, inclusive do uso de imagem e voz.

Todos os dados físicos e digitais coletados serão sigilosamente armazenados sob a guarda e responsabilidade da pesquisadora **Aline Silva dos Santos** por um período de cinco (5) anos, e após esse período, eles serão excluídos permanentemente.

Diante do exposto nos parágrafos anteriores eu, firmado abaixo, acredito ter sido suficientemente informado(a) pela pesquisadora **Aline Silva dos Santos** a respeito da pesquisa **'Literatura Infantil sob a Perspectiva da Lei 11.645/08, Mediada por Metodologias de Aprendizagem Ativas'** Ficou clara para mim, a participação na pesquisa e a garantia de proteção e sigilo de meus dados individuais. Foi oportunizado questionar a pesquisadora sobre todos os aspectos do estudo. Fui informado (a) de que o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido é um procedimento exigido pelo Ministério da Saúde e que é possível, a qualquer tempo, desistir de participar do estudo sem qualquer prejuízo. Este Registro foi emitido em duas

Assinatura do professor participante _____Data ____/____/2024

Digitalizado com CamScanner

UNICARIOCA

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal Educação

vias, o pesquisador ficou com uma via e eu recebi uma via desse Registro que está por mim assinado (a) e assinada também pelo pesquisador/professor, e pelo presente concordo voluntariamente com minha participação na pesquisa.

Nome do professor participante: _____

Assinatura do professor participante: _____Data: ___/___/2024.

Pesquisador Responsável Pelo Projeto: _____

Assinatura do pesquisador: _____Data: ____/____/2024.

Pesquisador responsável: **Aline Silva dos Santos**;

Telefone: **(21) 991243999**;

e-mail: **alelinne2016@gmail.com**

Orientadores responsáveis:

Professores: Professora **Rosa Lídice de Moraes Valim e Verônica Eloi de Almeida**, e-mail para **rvalim@unicarioca.edu.br_e veronicaeloi@hotmail.com;** endereço profissional: Centro Universitário Carioca – UniCarioca. Av. Paulo de Frontin, 568 - Rio Comprido, Rio de Janeiro - RJ, 20261-063. Telefone: (21) 97123-6156, endereço eletrônico: relacionamento@unicarioca.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

Rua Evaristo da Veiga nº 16 - 4º andar/ Sala 401 – Centro – CEP:20031-040 - Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2215-145 E-mail: cepsms@rio.rj.gov.br ou cepsmsrj@yahoo.com.br

Assinatura do professor participante _____Data ____/____/2024

Digitalizado com CamScanner

Apêndice II – Produto consolidado

Sobre o produto

Ampliar as discussões em torno da educação antirracista, e muito importante, e essa pesquisa está promovendo um *e-book* para reflexão de as práticas pedagógicas lúdicas e prazerosas que podemos levar para as salas de aulas para promover discussões em torno da diversidade cultural, respeito aos direitos humanos, formação de identidade e combate ao racismo estrutural.

O produto dessa pesquisa reflete as reflexões e atividades promovidas pelo curso de capacitação ministrado pela palestrante-pesquisadora que propôs unir práticas educativas antirracistas e as tecnologias dos jogos educativos digitais, na elaboração e construção de aulas reflexivas, críticas e lúdicas para a temática antirracista.

Descrição do *e-book*

A capacitação docente para a promoção da educação antirracista , proposta por um *e-book* intitulado, 'Capacitação Docente para Promoção da Educação Antirracista', tem por finalidade abordar a compreensão e a importância das leis 10.639 (Brasil, 2003) e 11.645 (Brasil, 2008) para a implementação da educação antirracista, como também, refletir sobre inclusão digital escolar e as metodologias de aprendizagem ativas com a problematização das questões relevantes para a temática, a partir da literatura infantil e o lúdico dos jogos educativos digitais.

Então, essa proposta visa incentivar a formação continuada para docentes, gestores e secretarias de educação a promoção da educação antirracista cotidiana, e, para além fomentar a educação digital no ambiente escolar de forma prática, planejada e direcionada de acordos com os conteúdos abordados. O profissional capacitado atuará de forma segura, democrática e participativa, de forma a contribuir para o combate do racismo estrutural.

Aplicação do *e-book*

A aplicação do *e-book* poderá ser tanto para gestores como um guia para incentivar novas capacitações para promoção da educação antirracista, ampliando formações sobre as

temáticas da literatura infantil antirracista e elaboração de jogos educativos digitais em site gratuitos como o *LearningApps*.

Para docentes com a falta de materiais didáticos relevantes para a temática antirracista, tem o objetivo de estimular a utilizar recursos pedagógicos da literatura infantil antirracista, conduzindo a problematização de questões e reflexivas que promovam o diálogo nas salas de aula.

Demonstrar que o conhecimento dos jogos de origem afro-brasileira e indígena e dos jogos públicos do site *LearningApps* permite aos docentes promover várias atividades lúdicas no ensino. O brincar é estimulado com a utilização dos jogos educativos digitais independente da disciplina proposta. A possibilidade de elaborar o próprio jogo, permite direcionar o jogo de acordo com o conteúdo das aulas. E a facilidade de compartilhamento do jogo via celular, permite aplicá-los nas aulas de forma ilimitada.

Diante disso a junção dos recursos pedagógicos, jogos físicos, literatura infantil e jogos educativos digitais na mesma capacitação permitiu motivar a aplicação por várias vertentes juntos, ou mesmo, separados, para o estímulo de novas capacitações e a utilização do brincar como parte da aprendizagem, a reflexão crítica e construtiva das temáticas antirracistas e da inclusão digital.

Preliminar de pesquisa sobre *e-book*

O *e-book* propostos leva docente a crer que o estímulo a capacitação docente para promoção da educação antirracista e a necessidade de colocar em prática a lei promulgada a mais de 20 (vinte) anos é urgente. Essa pesquisa acredita na busca pela igualdade social, racial e combate ao racismo pela educação. E, esperar as mudanças acontecerem, diante da sociedade em que vivemos cheia de desigualdade socioeconômicas, falta de respeito e intolerância nos parece uma realidade um pouco longínquo, mas estimular capacitações e práticas no ambiente escolar poderemos ter esperança de que mudanças possam acontecer.

A inovação e formação proposta sobre os jogos digital permite perceber que a aplicabilidade é possível, mesmo que os recursos tecnológicos sejam limitados, e para além da educação antirracista, pode ser direcionado para alunos com habilidade especiais e para interdisciplinaridade de saberes. Leva-nos a percepção da urgência quanto a inclusão digital nos ambientes escolares e a preocupação que secretarias de educação devem ter para oferecer infraestrutura tecnológica adequada.

ANEXOS

Anexo I - Termo de Anuência Institucional

Prefeitura de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretária

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUICIONAL

PESQUISA: Literatura Infantil Sob a Perspectiva da Lei 11.645/08, Mediada por Metodologias de Aprendizagem Ativas, *uma combinação da literatura e tecnologias para dialogar a diversidade cultural em aulas dinâmicas com jogos digitais.*

Responsável: Aline Silva dos Santos

Eu, **Maria Virginia Andrade Rocha,** responsável pela **Secretaria Municipal de Educação do Município Nova Iguaçu**, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta rede. Caso necessário, podemos revogar esta autorização, a qualquer momento, se comprovadas atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ao sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro, ainda, que não recebemos qualquer tipo de remuneração por esta autorização, bem como os participantes também não o receberão. E asseguramos que possuímos a infraestrutura necessária para o realização/desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa só terá início nesta instituição após apresentação do Parecer de Aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

Nova Iguaçu, 03 **de** Outubro **de** 2023

MARIA VIRGINIA ANDRADE ROCHA
Secretária Municipal de Educação
Mat. 11/694.638-8

Av Abílio Augusto Távora – Nova Iguaçu/RJ –CEP26.265-090
Telefone: (21) 2668-4698 – E-mail: [financeiro.semed@novaiguacu.rj.gov.br]

Anexo II – Aprovação da Plataforma Brasil para a realização do campo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - SMS/RJ

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Literatura Infantil sob a Perspectiva da Lei 11.645/08: Capacitação Docente Mediada Por Metodologias de Aprendizagem Ativas.

Pesquisador: ALINE SILVA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76767123.7.0000.5279

Instituição Proponente: ASSOCIACAO CARIOCA DE ENSINO SUPERIOR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.686.323

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto" foram retiradas do documento Informações Básicas do Projeto (arquivo intitulado "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2213844.pdf", postado em 14/02/2023).

Resumo: O presente estudo propõe refletir sobre a literatura infantil antirracista mediada por metodologias de aprendizagem ativas, com jogos digitais. A obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental foi ratificada pela Lei nº 11.645/08(BRASIL,2028), todavia devido às dificuldades de implantação das orientações desta lei no cotidiano escolar nota-se, que ainda existe um longo caminho a seguir. Faz-se mister questionar o caráter monocultural e o etnocêntrico, que explícita ou implicitamente está presente na escola e nas políticas educativas.

Hipótese: Pensa-se que a utilização dos jogos educativos digitais, na escola, deva ser um recurso pedagógico de aprendizagem cada vez mais frequente para dinamizar as aulas e, sob o aspecto construtivista favorecer a interação dos alunos e estimular a produção de conhecimento. O brincar entende-se que favorece o desenvolvimento integral do educando em qualquer ambiente que ele conviva, seja familiar ou escolar. E, unir a temática antirracista ao lúdico dos jogos pela literatura, pode-se ser uma forma prazerosa, que sob uma leitura de fácil cognição, trazer a luz do ambiente

Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 16, 4º andar
Bairro: Centro **CEP:** 20.031-040
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2215-1485 **E-mail:** cepsmsrj@yahoo.com.br

escolar, reflexões e diálogos enriquecedores e criar oportunidade de conhecimento, socialização e construção de identidades, tão essenciais para um os objetivos deste estudo. Acredita-se que práticas educacionais que favoreçam a democratização e afirmação dos direitos sociais, econômicos e culturais são fundamentais para uma sociedade igualitária. Segundo Candau (2008, p.109), "temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza".

Metodologia: A pesquisa estará segmentada em 5 partes, a saber: Pesquisa bibliográfica; Preliminar de pesquisa; Pesquisa de Campo - Formação dos Professores; Relato de Experiência e Elaboração do E-book.Na Etapa 1 de pesquisa bibliográfica se baseará em pesquisar termos literatura infantil antirracista, diversidade cultural, formação de identidades, formação docente, metodologias de aprendizagem ativas, jogos digitais e na busca de artigos científicos. A Etapa 2 compreende a preliminar de pesquisa amparada na pesquisa bibliográfica realizada e na Resolução nº 510 de 7/04/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), mesmo sendo conversas de cunho informal, pautam a questões norteadoras do campo e contornos inerentes ao tema da dissertação e, mais especificamente, seleção dos tópicos que serão abordados

no treinamento que se pretende modelar, realizar e relatar durante o campo. Para materialização desta etapa pretende-se realizar conversas informais com seis professores concursados da Rede de Nova Iguaçu, de diferentes instituições , que serão convidados por WhatsApp, a escolha será pelas funções que exercem na unidade escolar, sendo, 1 (um) diretor, 1 (um)supervisor, 1(um) orientador pedagógico, 3(três) professores de sala de aula do Ensino Fundamental I , para compreender contornos inerentes a este projeto que prima pela educação antirracista valendo-se de tecnologias digitais, sobre conhecimento , interesses e dificuldades do trabalho cotidiano escolar quanto educação antirracista, a utilização de literatura infantil antirracista e jogos educativos digitais, com 7 (sete) perguntas, via WhatsApp, a saber, (1) Você conhece ou já ouviu falar na Lei10.639/03 e/ou a Lei11.645/08, que alterou a LDB, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio? (2) Costuma trabalhar ou já trabalhou em algum momento com literatura infantil antirracista? (3) A escola que trabalha tem algum tipo de infraestrutura tecnológica, disponível para professores trabalhares com os alunos? (4) Você tem grupo de WhatsApp com a turma ou grupo de trabalho, costuma compartilhar atividades pedagógicas no grupo? (5) Conhece o site de jogos digitais pedagógicos chamado LearningApp? (6) Você sente dificuldade de dialogar em sala de aula sobre racismo? (7) Poderia expor sua opinião sobre o racismo na sociedade/na escola, hoje?Na Etapa 3 será realizada a

capacitação docente, intitulada, 'Educação Antirracista Sob a Perspectiva da Lei 11.645/08' e será conduzida na própria Secretaria Municipal de Educação, em um espaço próprio onde acontece as formações docentes na rede de ensino, que se intitula 'Casa do Professor'. A proposta da capacitação de formação docente será aberto a toda a Rede de Ensino de Nova Iguaçu, para inscrições de docentes do Ensino Fundamental I, divulgado através das próprias redes sociais da Casa do Professor. A turma terá 10 (dez) profissionais do Município de Nova Iguaçu, como regra para oficinas de formação junto a 'Casa do Professor'. Na oficina propõe-se 2 (dois) dias de oficina, de 3(três) horas cada encontro, sendo que no primeiro dia pretende-se levantar um diálogo com os professores sobre a educação antirracista no cotidiano escolar e, as temáticas da 'Educação Multicultural', a 'importância das legislações vigentes para o trabalho da educação antirracista', 'Dialogar sobre racismo,
diversidade cultural, formação de identidade, inclusão social e digital'. Já no segundo dia 'Dialogar sobre práticas educativa antirracistas com literatura infantil e metodologias ativas de jogos digitais' e ' Apresentar o site de jogos educativos digitais LearningApp, ensinando a elaborar 1 (um) jogo'. Na etapa 4 será conduzido o Relato de experiência, que visa obter a percepção do professor nos dias de capacitação, sua Na etapa 5 será
elaborado E-BOOK estruturado pelos achados e contribuições da pesquisa, para motivar práticas educativas antirracistas com jogos educativos digitais, na educação formal.

Metodologia de Análise de Dados: Pretende-se analisar os dados do relato de experiência – valendo-se da análise de conteúdo de Bardin – à luz de material bibliográfico pertinente

Critério de Inclusão: Somente farão parte dessa pesquisa professores que entregarem o Termo de Consentimento livre e Esclarecido - TCLE e Termo de Autorização do Uso de Voz e Imagem.

Critério de Exclusão: Aqueles que não apresentarem assinados os termos, Termo de Consentimento livre e Esclarecido - TCLE e Termo de Autorização do Uso de Voz e Imagem, não farão parte da pesquisa

Objetivo da Pesquisa:

As informações elencadas no campo "Objetivos da Pesquisa" foram retiradas do documento Informações Básicas do Projeto (arquivo intitulado "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2213844.pdf", postado em 14/02/2023).

Objetivo Primário: Essa dissertação objetiva refletir a respeito de como combinar literatura infantil antirracista e tecnologias digitais, na formação de docentes do Ensino
Fundamental, a fim de propor aulas dinâmicas que contribuam para a formação de identidades e combate ao racismo estrutural.

Objetivo Secundário: Para alcançar tal objetivo geral faz-se necessário: (1)refletir a respeito dos termos literatura infantil antirracista, diversidade cultural, formação de identidades, formação docente, metodologias de aprendizagem ativas, jogos digitais;(2) compreender a importância de práticas pedagógicas que promovam a inclusão social e digital , no caso do Município de Nova Iguaçu;(3) refletir o papel do docente para promover a diversidade cultural e do acesso a tecnologias digitais no cotidiano escolar, por uma capacitação de professores junto a rede de ensino de Nova Iguaçu; e, por fim (4)motivar professores a utilizar práticas educativas antirracistas e jogos digitais para combate do racismo estrutural na sociedade, a partir da educação formal.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
As informações elencadas no campo "Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento Informações Básicas do Projeto (arquivo intitulado "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2213844.pdf", postado em 14/02/2023).

Riscos: Entre os riscos possíveis pode-se citar: Que os professores convidados a participar sintam medo de expor suas opiniões e ideias sobre a temática, mas teremos cautela de coletar e analisar os dados de forma qualitativa em prol da dissertação; Ter os dados pessoais expostos, porém estar-se-á assegurando o sigilo dos nomes e identidades dos participantes, resguardando-os o direito de todos os envolvidos a desistir de participar a qualquer momento.

Benefícios: Estimular debates, troca de experiências sobre a temática do racismo e diversidade cultural, como também motivar os docentes ao uso das tecnologias no cotidiano escolar, bem como também estimular reflexões e debates sobre o racismo no ambiente escolar e na sociedade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
A pesquisa foi proposta por ALINE SILVA DOS SANTOS, e servirá de base para sua dissertação de

mestrado profissional em novas tecnologias digitais na educação da UNICARIOCA, sob orientação da Professoras Rosa Lídice de Moraes Valim e Verônica Eloi de Almeida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados adequadamente.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências apontadas foram resolvidas adequadamente, e considera-se aprovado o projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Sr.(a) Pesquisador(a),

Atentamos que o pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação do CEP/SMS-RJ como emenda. Deve-se aguardar o parecer favorável do CEP/SMS-RJ antes de efetuar a modificação. Atentar para a necessidade de atualização do cronograma da pesquisa.

Caso ocorra alguma alteração no financiamento do projeto ora apresentado (alteração de patrocinador, modificação no orçamento ou copatrocínio), o pesquisador tem a responsabilidade de submeter uma emenda ao CEP/SMS-RJ solicitando as alterações necessárias. A nova Folha de Rosto a ser gerada deverá ser assinada nos campos pertinentes e anexada novamente na Plataforma Brasil para análise deste CEP/SMS-RJ.

O CEP/SMS-RJ deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas a este CEP/SMS-RJ, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Acrescentamos que o participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo

ao seu cuidado (item IV.3 .d., da Resolução CNS/MS Nº 466/12) e deve receber uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (item IV.5.d., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Ressaltamos que o pesquisador responsável por este Protocolo de Pesquisa deverá apresentar a este Comitê de Ética um relatório das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Caso haja interrupção do projeto ou não publicação dos resultados, solicitamos justificar fundamentalmente ao CEP/SMS-RJ.

Quando se tratar de pesquisas com seres humanos em instituições integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), os procedimentos não deverão interferir na rotina dos serviços de assistência à saúde, a não ser quando a finalidade do estudo o justificar, e for expressamente autorizado pelo dirigente da instituição.

As pesquisas realizadas em instituições integrantes do SUS devem atender aos preceitos éticos e de responsabilidade do serviço público e de interesse social, não devendo ser confundidas com as atividades de atenção à saúde.

Este parecer possui validade de 12 meses a contar da data de sua aprovação.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2213844.pdf	14/02/2024 20:37:13		Aceito
Outros	RESPOSTA_PARECER_CONSUBSTANCIADO_ALINE_SILVA_DOS_SANTOS.docx	14/02/2024 20:30:17	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	AUTORIZACAO_VOZ_PROFESSOR.docx	14/02/2024 20:29:00	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_6646434.pdf	14/02/2024 20:21:39	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	14/02/2024 20:05:24	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	14/02/2024 20:02:44	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA_INVESTIGADOR.doc	14/02/2024 20:00:59	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PROFESSOR.docx	14/02/2024 20:00:07	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	18/11/2023 08:05:24	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_COMPROMISSO_USO_DADOS_TCUD.pdf	15/11/2023 17:22:29	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_AUSENCIA_CUSTOS.pdf	15/11/2023 17:22:10	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_DE_ANUENCIA_INSTITUCIONAL_TAI.pdf	15/11/2023 17:20:20	ALINE SILVA DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

RIO DE JANEIRO, 05 de Março de 2024

Assinado por:
Brígida Araújo de Carvalho Silva
(Coordenador(a))

Anexo III – Projeto de capacitação docente proposto à Casa do Professor

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal Educação



PROJETO DE CAPACITAÇÃO PARA PROFESSORES

DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE DE NOVA IGUAÇU

Palestrante : Aline Silva Dos Santos , Professora da Rede e Mestranda no Mestrado Profissional Novas Tecnologias Digitais Na Educação

Tema

Educação Antirracista Sob a Perspectiva da Lei 11.645/08.

Título :

Práticas Educativas Antirracistas Mediado por Metodologias de Aprendizagem Ativas, com Literatura Infantil e Jogos Educativos Digitais.

Objetivo :

- Compreender a importância das leis 10.639/03 e 11.645/08 para a implementação de uma educação antirracista e combate ao racismo estrutural na sociedade;
- Promover a reflexão sobre a importância do diálogo no cotidiano escolar sobre respeito, diversidade cultural e tolerância de forma lúdica, unindo a literatura infantil antirracista e jogos educativos digitais.
- Incentivar a prática educativa antirracista durante todo o ano letivo;
- Promover a reflexão sobre as metodologias de aprendizagem ativas com a problematização das questões relevantes a educação antirracista a partir da literatura infantil e, o lúdico dos jogos digitais
- Apresentar e explorar o site LearningApp, ensinando elaborar jogos educativos digitais,

Justificativa :

A sociedade brasileira convive com um racismo estrutual histórico, em que a diversidade cultural não é valorizada, e sim, por vezes ignorada. Os avanços tecnológicos na sociedade são notórios, mas a educação de muitos municípios carece de infraestrutura básica, para utilização de



recursos tecnológicos nas propostas pedagógicas, mas esse fator não pode ser limitador para os docentes.

O tema se justifica pela necessidade que temos de propor propostas pedagógicas dinâmicas e diversificadas sobre a inclusão social e digital, utilizando a formação docente e os recursos disponíveis, mesmo que o meio nos limite, enquanto a infraestrutura digital. Segundo Gomes, N. L (2018, p.5) "O que assistimos , hoje, é ao reconhecimento dentro da oficina e alguns segmentos do campo educacional, da grande lacuna que a não inclusão da diversidade cultural na formação dos professores/as no currículo tem acarretado na educação brasileira, principalmente na escola pública"

Acredita-se que a educação é o melhor caminho para a inclusão digital e social, para aceitação da diversidade cultural na nossa sociedade, como também contribuir para a formação das identidades pautadas no respeito ao outro e a sua cultura.

O diálogo efetivo e constante, no cotidiano escolar, sobre a história e cultura afro-brasileira, diversidade cultural e o respeito, se faz necessário, para fins de combater o racismo estrutural presente na sociedade e contribuir por uma sociedade mais justa e igualitária, e as leis são essenciais para e feito, conforme a Lei 11645/08, que alterou o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena".

A escolha da abordagem através da literatura infantil se justifica pelo fato de segundo Lima, Aldo (2012) "A literatura corresponde a uma necessidade universal ... ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza". E unir algumas tecnologias básicas a essa proposta, é , também dar o direito ao educando a inclusão digital.

Objetivo geral :

Capacitar para Professores da Rede Municipal de Nova Iguaçu do Ensino Fundamental para promoção de uma educação antirracista durante todo o ano letivo, objetivando reflexões e diálogos constantes no cotidiando escolar, com os recursos da literatura infantil antirracista e jogos educativos digitais, para fins de propor aulas dinâmicas que contribuam para a formação de identidades e combate ao racismo estrutural.



Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal Educação

Procedimentos : Dois encontros de 3 horas cada.

Dia 1. Tópicos

- A importância da legislação para a prática educativa antirracista;
- Como o Racismo interfere na educação,
- A importância da valorização da diversidade, das relações étnico -raciais na formação da identidade do educando.
- Como a literatura infantil e os Jogos educativos digitais podem colaborar para uma educação antirracista?
- Apresentar e sugerir a prática os jogos digitais elaborados pela palestrante.

Dia 2. Tópicos

- Como as metodologias de aprendizagem ativas influenciam a educação hoje.
- A importância da problematização das questões relevantes a realidade social, do lúdico na sala de aula, e da inclusão digital
- Apresentação e explorar o site Learning App.
- Elaboração de jogos educativos digitais no site Learning App.

Bibliografia

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Presidência da República (Casal Civil: Subchefia de assuntos jurídicos). Brasília, DF, n.187, 10 março. 2008. Disponívelem:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

CANDAU, V. M. Multiculturalismo, Educação e Direitos Humanos. In: CANDAU, V. M. ; SACAVINO, S. (Orgs.). "Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas". Rio de Janeiro: DP & ALLI, 2008.
Gomes, N. L., Silva, P. B. G. e. (2018). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Brasil: Autêntica Editora.

LIMA, Aldo de . O Direito à Literatura. In: LIMA, Aldo de;Tenório, Anco M... (org.). Recife: Ed. Universitária da UFPE; 2012

NEGREIROS, Dalila Fernandes de . Educação das Relações Étinico-Raciais Avaliação da Formação de Docentes. São Bernardo do Campo SP. Ed. da Universidade; 2017

POZZER, A.; POZZER, S. A. Identidade, Decolonialidade, Interculturalidade e a Construção de Uma Ideia de Nação na História da Educação Brasileira. Revista Eventos Pedagógicos, *[S. l.]*, v. 13, n. 3, p. 613–632, 2022. DOI: 10.30681/reps. v13i3.6433. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/6433. Acesso em: 7 jul. 2023.